

Cursos Científico-Humanísticos

Programa de Ciência Política

12º Ano

Autores

Conceição Moreira
João Cardoso Rosas (Coordenador)
Marina Costa Lobo

Homologação
09/08/2006



Índice

	Pág.
I – Introdução	3
II – Apresentação do Programa	5
Finalidades	5
Objectivos gerais	5
Visão geral dos temas/conteúdos	6
Sugestões metodológicas gerais	9
Competências a desenvolver	11
Recursos	12
Avaliação	13
III – Desenvolvimento do Programa	15
Unidade I – Introdução	16
Unidade II – As Ideias Políticas no Quadro do Estado Moderno	18
Unidade III – Questões Relativas à Organização do Estado	30
Unidade IV – Temas/Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo	46
IV – Bibliografia	72



I – Introdução

Ciência Política é uma disciplina de opção do 12º ano e insere-se na Componente de Formação Específica dos Cursos Científico-Humanísticos. A carga horária da disciplina é de 3 unidades lectivas de 90 minutos por semana, perfazendo, no total do ano lectivo, 99 unidades lectivas.

Sendo uma disciplina anual, a inscrição da Ciência Política no currículo depende do Projecto Educativo de cada escola. Esta disciplina tem carácter de iniciação e deve ser compreendida como disciplina que visa a formação para o exercício da cidadania e o alargamento dos conhecimentos e das competências dos jovens e do seu leque de opções para prosseguimento de estudos.

Os critérios que estiveram na base das opções programáticas apresentadas devem-se à preocupação de levar os alunos a conhecer os instrumentos teóricos e metodológicos basilares da Ciência Política e de lhes proporcionar uma abordagem democrática, rigorosa e actual desses instrumentos. Além de integrar os conhecimentos essenciais das diferentes áreas da Ciência Política, como as principais ideias políticas no quadro do Estado moderno, as questões relativas à organização do Estado e alguns dos temas políticos globais mais importantes da actualidade, este Programa procura estabelecer a relação entre os problemas políticos gerais e os problemas políticos mais directamente relacionados com Portugal.

Atendendo a que a Ciência Política tem por objecto as questões relativas ao poder político, ao modo como ele é exercido e aos limites ao seu exercício, as questões relativas ao Estado, a sua natureza, as suas funções e a sua legitimidade, e ainda os problemas relativos às formas como o exercício do poder político e a organização do Estado se reflectem na vida quotidiana dos cidadãos, decidiu-se dar a este Programa um forte pendor teórico-prático, centrando-o na articulação entre conteúdos e estratégias específicas. Por esse motivo, pretende-se que os professores encarem a leccionação em função das estratégias a adoptar e seleccionem estratégias e recursos a partir das sugestões dadas no Programa. Decidiu-se indicar o nível de abordagem desejável para cada assunto, assinalando com um asterisco (*) os temas estruturantes, isto é, aqueles que se considerou necessitarem de aprofundamento e, conseqüentemente, de tratamento mais demorado. Considera-se que esses conteúdos são de aprofundamento, porque são relativos a aspectos científicos centrais, são específicos da realidade política e social portuguesa e podem ser especialmente potenciadores da formação cívica dos alunos.

A elaboração deste Programa pautou-se pela finalidade de dotar os jovens de instrumentos que possibilitem uma análise crítica do mundo, promovendo a sua participação activa e informada na sociedade. Por esse motivo, o Programa organiza-se em torno das

competências envolvidas no trabalho de pesquisa e de reflexão crítica e pretende que os alunos tenham um papel activo e interventivo nas aulas, de modo a adquirirem as competências para assumirem um papel igualmente activo e interventivo na sociedade.

Uma última nota acerca das referências bibliográficas: as obras indicadas nas colunas designadas *Sugestões Metodológicas e Recursos Específicos* são essenciais para a preparação das aulas e para seleccionar textos para os alunos. Todavia, dado que um ou outro dos livros de referência indicados podem não ser de fácil acesso, sugerem-se obras alternativas na *Bibliografia Fundamental*. Indicam-se ainda sítios de referência na Internet; estes sítios também são essenciais para a preparação das aulas e para os alunos fazerem pesquisas. Finalmente, indica-se bibliografia e sítios de consulta complementar, que são aconselhados a todos os que quiserem aprofundar os diferentes temas.

II – Apresentação do Programa

2.1. Finalidades

Dada a sua natureza e o lugar que ocupa no currículo do Ensino Secundário, a disciplina de Ciência Política visa as seguintes finalidades:

- Proporcionar conhecimentos básicos relativos à vida política, quer em geral, quer especificamente em Portugal;
- Promover a compreensão da necessidade de pautar a acção política por uma ética;
- Contribuir para a formação de cidadãos autónomos, responsáveis, conscientes, interventivos e críticos;
- Potenciar o desenvolvimento de uma perspectiva crítica sobre o mundo e sobre a vida em sociedade;
- Contribuir para a interiorização de normas e valores democráticos.

2.2. Objectivos Gerais

2.2.1. Do domínio cognitivo

- Conhecer o estatuto e o papel da Ciência Política;
- Reconhecer as interações entre os diversos ramos da Ciência Política;
- Compreender a complexidade da política, articulando-a com a sociedade, com a economia e com a evolução das mentalidades;
- Compreender a complementaridade entre a teoria política e a acção política;
- Utilizar os instrumentos de análise específicos da Ciência Política;
- Utilizar o vocabulário específico da disciplina.

2.2.2. Do domínio socioafectivo

- Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupo e individualmente;
- Respeitar os diferentes pontos de vista e a pluralidade de opiniões;
- Assumir opiniões próprias, de forma esclarecida e fundamentada;
- Respeitar as normas e os valores democráticos;
- Desenvolver comportamentos de tolerância, de solidariedade, de cooperação e de não-discriminação;
- Desenvolver as capacidades de argumentação e de reflexão.

2.3. Visão Geral dos Temas/Conteúdos

Este Programa apresenta um conjunto de temas que foram escolhidos e estruturados de acordo com a natureza opcional da disciplina, com o seu carácter de iniciação e com os objectivos de formação para a cidadania.

Assim, na Unidade I – *Introdução*, a preocupação central foi a de situar e motivar os alunos, proporcionando-lhes uma perspectiva geral sobre os temas do Programa, a especificidade da disciplina, os seus múltiplos ramos e a sua relação com outras disciplinas.

A Unidade II – *As Ideias Políticas no Quadro do Estado Moderno*, parte da preocupação em fornecer um enquadramento teórico e histórico que faculte aos alunos um conjunto de conhecimentos básicos sobre o conceito de Estado, a especificidade do Estado moderno, a importância da Constituição e dos direitos humanos e de cidadania, as principais ideologias políticas existentes e as mais recentes e marcantes teorias acerca das funções e extensão do Estado.

Por sua vez, a elaboração da Unidade III – *Questões Relativas à Organização do Estado*, releva de uma visão empírica e sincrónica. Pensou-se que seria fundamental facultar aos alunos conhecimentos sólidos sobre a diversidade dos regimes políticos, os sistemas de governo na actualidade, as modalidades da participação política e, muito especialmente, o funcionamento da democracia portuguesa. A preocupação central é a de dotar os alunos dos instrumentos que lhes permitirão agir como cidadãos conscientes e bem informados.

Finalmente, a Unidade IV – *Temas/Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo*, aborda um conjunto de temas relativos a fenómenos de dimensão europeia ou global e que nenhum cidadão pode ignorar. Compete ao professor, em diálogo com os alunos e em função da especificidade das turmas, escolher um dos temas sugeridos nesta unidade. O critério de escolha deve ter em conta a adequação do referido tema ao perfil dos alunos e ao Projecto Educativo de Escola. Acima de tudo, pretende-se que o tratamento do tema escolhido contribua para a formação de uma cidadania activa e empenhada na construção de um mundo melhor.



UNIDADE I – INTRODUÇÃO

1.1. Avaliação diagnóstica

1.2. A diversidade do campo da Ciência Política: os diferentes ramos da disciplina. Algumas disciplinas afins

UNIDADE II – AS IDEIAS POLÍTICAS NO QUADRO DO ESTADO MODERNO

2.1. O Poder Político e o Estado

2.1.1. O conceito de Estado

2.1.2. Diversidade das configurações do Estado na história

2.1.3. O Estado Europeu moderno

2.2. O Constitucionalismo Liberal e os Direitos do Homem e do Cidadão*

2.2.1. Os ideais das Revoluções Americana e Francesa e as declarações dos direitos do homem e do cidadão

2.2.2. Os novos ideais na Constituição portuguesa de 1822

2.2.3. A evolução da cidadania num sentido democrático e social

2.3. As Ideologias Políticas*

2.3.1. Direita e esquerda: origem e sentido da dicotomia

2.3.2. As principais correntes ideológicas: a) Liberalismo; b) Conservadorismo; c) Socialismo

2.4. A Reflexão Contemporânea sobre as Funções e a Extensão do Estado*

2.4.1. Direitos individuais e Estado mínimo

2.4.2. Prioridade da justiça e igualdade democrática

UNIDADE III – QUESTÕES RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

3.1. Regimes políticos democráticos e não democráticos

3.1.1. Totalitarismos e autoritarismos

3.1.2. O Estado de direito democrático*

3.2. Sistemas de governo na actualidade

3.2.1 A Constituição e o sistema de governo*

3.2.2. Tipos de sistemas de governo

3.2.2.1. O Parlamentarismo

3.2.2.2. O Presidencialismo

3.2.2.3. O Semi-Presidencialismo

3.2.3. As políticas públicas

3.3. A relação dos cidadãos com a política*

3.3.1. A participação política

* Conteúdo de aprofundamento.

- 3.3.1.1. Formas de participação política convencional
- 3.3.1.2. Formas de participação política não-convencional
- 3.3.2. Os partidos políticos e os movimentos sociais
- 3.3.3. Os sistemas eleitorais
- 3.4. O sistema político em Portugal***
 - 3.4.1. O caso português de transição para a democracia
 - 3.4.2. As instituições da democracia portuguesa
 - 3.4.2.1. O processo constituinte e as revisões constitucionais
 - 3.4.2.2. O relacionamento entre o poder executivo e o legislativo
 - 3.4.2.3. Poder nacional e poder local. As regiões autónomas
 - 3.4.3. A evolução do sistema partidário português em democracia
 - 3.4.4. A democracia portuguesa no contexto internacional
 - 3.4.4.1. A democracia portuguesa e a União Europeia
 - 3.4.4.2. As relações internacionais da democracia portuguesa

UNIDADE IV – TEMAS/PROBLEMAS POLÍTICOS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

- 4.1. A União Europeia: um sistema político *sui generis***
 - 4.1.1. O nascimento do projecto de integração europeia. Os tratados e a evolução da integração europeia: da CECA à União Europeia*
 - 4.1.2. As instituições da União Europeia e o seu funcionamento*
 - 4.1.3. A União Europeia e os cidadãos europeus
- 4.2. A diversidade cultural: o fim do Estado-nação homogéneo**
 - 4.2.1. As sociedades contemporâneas*
 - 4.2.2. Os direitos diferenciados de grupo e os direitos humanos
 - 4.2.3. O multiculturalismo e os limites da tolerância*
- 4.3. Globalização e governança global**
 - 4.3.1. A globalização no pós-Guerra Fria*
 - 4.3.2. Governança Global – Instituições e documentos para uma Governança global*
 - 4.3.3. Os principais mecanismos da Governança global
 - 4.3.4. Novos movimentos sociais transnacionais anti-globalização*
- 4.4. Guerra e terrorismo**
 - 4.4.1. Introdução. Políticas de prevenção
 - 4.4.2. Concepções tradicionais sobre a guerra: realismo, consequentialismo, guerra justa e pacifismo*

* Conteúdo de aprofundamento.

- 4.4.3. A teoria da guerra justa: *Jus ad Bellum*: os critérios da justiça da guerra. *Jus in Bello*: a justiça na guerra. *Jus post Bellum*: a justiça no pós-guerra *
- 4.4.4. Os problemas do pós-guerra: refugiados e deslocados. Reconstrução
- 4.4.5. O terrorismo em contexto democrático *

2.4. Sugestões Metodológicas Gerais

Considerando os objectivos do Programa, as actividades de ensino-aprendizagem devem ser estruturadas de modo a garantir a efectiva participação dos alunos. É essencial a selecção, por parte dos professores, de materiais diversificados, como livros, textos, filmes, notícias, entre outros, como suportes sistemáticos da aprendizagem. A participação dos alunos deve assumir a forma de textos/comentários escritos (p. ex., resumos e pequenos ensaios) e esquemas.

Assim, e sem prejuízo de os professores poderem utilizar outras estratégias que considerem adequadas às suas turmas e ao nível sociocultural dos alunos, apresentam-se algumas sugestões metodológicas, a seleccionar de acordo com as características das turmas e com os objectivos e conteúdos programáticos específicos:

- Leitura e análise de textos fundamentais de Ciência Política;
- Visionamento e discussão de filmes, documentários e reportagens;
- Pesquisas na Internet;
- Visitas de estudo a instituições como a Assembleia da República, o Palácio de Belém, o Museu da Presidência da República, órgãos do poder local, entre outros;
- Conferências com oradores convidados, oriundos do meio académico e do meio político (como, por exemplo, as associações dos ex-deputados da Assembleia da República e dos ex-eurodeputados);
- Realização de debates entre os alunos;
- Apresentação oral e escrita de peças políticas, como manifestos, abaixo-assinados, petições, programas e cartazes;
- Elaboração de esquemas, resumos, relatórios, textos argumentativos (por exemplo, simulação de discursos políticos) e pequenos ensaios;
- Edição dos trabalhos escritos e sua divulgação, por exemplo no jornal da escola, ou em páginas da Internet criadas para o efeito;
- Estabelecimento de contactos com institutos de investigação e departamentos universitários de Ciência Política, para obter informação sobre a disciplina.

Como a competência argumentativa é fundamental no mundo em que vivemos, os professores devem incentivar os alunos a exprimirem, oralmente e por escrito, opiniões

devidamente fundamentadas, no sentido de ajudar os jovens a construir argumentos sustentados e coerentes.

É também importante que os professores promovam a leitura e a análise, nas aulas, de alguns dos textos fundamentais da disciplina. Tal análise deve ser orientada, metódica e sistemática, devendo ainda possibilitar aprendizagens diferenciadas.

Porém, a leitura e a análise de textos devem estar sempre ao serviço do desenvolvimento de todas as competências enunciadas. Neste sentido, é fundamental o confronto entre as diferentes perspectivas teóricas e entre essas perspectivas e as dos alunos. Tal confronto contribuirá para o desenvolvimento da autonomia dos alunos e de competências fundamentais, designadamente as que respeitam à capacidade de reflexão e de argumentação.

Além dos textos fundamentais de Ciência Política, os alunos deverão analisar documentos de diversa índole, tais como excertos de ensaios, imagens e filmes ou peças jornalísticas, os quais terão uma função complementar à dos textos fundamentais da disciplina.

Na análise e discussão dos textos, assim como de outros documentos referidos, é fundamental a participação dos alunos e a realização de trabalhos, individualmente ou em grupo, que, por um lado, permitam ao professor acompanhar o desenvolvimento das competências e a aquisição da informação e, por outro, contribuam para uma efectiva autonomia na análise e discussão dos problemas tratados. No primeiro caso, aconselha-se a elaboração de esquemas, de resumos, de fichas de leitura ou de relatórios. No segundo caso, sugere-se a realização de debates orientados ou a apresentação de pequenos ensaios argumentativos.

Sugere-se também a discussão orientada de acontecimentos políticos actuais relatados nos meios de comunicação social. A escolha dos acontecimentos deve ser feita pelos professores e em função dos temas do Programa, tendo em conta as sugestões e os interesses dos alunos, de modo a potenciar uma melhor aquisição dos conhecimentos programáticos e o desenvolvimento das competências. Sugere-se ainda que, após o diálogo, os alunos sejam incentivados a fazer relatórios, pequenos discursos argumentativos ou mini-ensaios.

É fundamental que o trabalho realizado na sala possa promover a intervenção na comunidade. A redacção de pequenos textos argumentativos e de discursos políticos, bem como a produção de outros materiais pelos alunos, pode e deve visar a posterior publicação num jornal ou numa revista da escola, ou em qualquer outro meio de divulgação como, por exemplo, um *blog* da turma ou da disciplina, ou a página da disciplina ou da escola na Internet.

Finalmente, em relação à escolha das estratégias a adoptar para a leccionação do tema da Unidade IV, admite-se o eventual recurso à metodologia de projecto.

Interdisciplinaridade

Sempre que possível, é aconselhável o recurso aos conhecimentos dos alunos, quer àqueles que fazem parte da sua cultura geral, quer àqueles que adquiriram no âmbito de outras disciplinas, nomeadamente História, Economia, Geografia, Filosofia e Português.

Ao longo de todo o Programa, os alunos deverão aplicar conhecimentos de leitura e análise adquiridos, em particular, na disciplina de Português. Também se considera pertinente recorrer aos conhecimentos sobre texto ou discurso argumentativo, obtidos nas disciplinas de Português e de Filosofia.

No estudo das Unidades II e III, e no caso de os alunos frequentarem, ou terem frequentado, as disciplinas de História A, ou Geografia A e/ou Economia A, também será possível recorrer aos conhecimentos aí adquiridos. Deve-se ainda utilizar e ampliar os conhecimentos adquiridos em Filosofia, no âmbito dos problemas éticos e políticos.

O tema da Unidade IV pode ser trabalhado na Área de Projecto. De qualquer modo, o estudo dos diferentes temas pode ser articulado com as disciplinas de História A, de Geografia A ou de Economia A, caso os alunos as frequentem.

2.5. Competências a desenvolver

As competências adiante identificadas pretendem proporcionar aos professores um referencial que lhes permita, pela sua articulação com as finalidades e os objectivos gerais, seleccionar recursos e actividades de ensino-aprendizagem, assim como organizar a leccionação dos conteúdos programáticos.

Estas competências foram estruturadas por tipologia para realçar a importância do saber-fazer e do saber-ser e para fomentar a valorização da dimensão prática e experimental do processo de ensino e de aprendizagem.

Competências relativas ao saber:

- Caracterizar, nos seus traços gerais, a Ciência Política e o campo da actividade política;
- Relacionar a Ciência Política com outras ciências e áreas do saber;
- Relacionar a política com a vida em sociedade;
- Identificar e caracterizar as principais teorias políticas;
- Problematizar ideologias e soluções políticas;
- Reflectir de modo sistemático e crítico sobre a Política.

Competências relativas ao saber-fazer:

- Ler e interpretar diferentes tipos de documentos relativos aos temas da disciplina;
- Aplicar os principais conceitos e os instrumentos de análise específicos da Ciência Política na análise de novas situações / problemas;
- Confrontar diferentes opiniões, reflectindo criticamente sobre elas;
- Fundamentar as perspectivas pessoais;
- Construir textos fundamentados e coerentes;
- Utilizar técnicas de pesquisa, de tratamento e de apresentação da informação.

Competências relativas ao saber-ser:

- Colaborar nas tarefas propostas de forma responsável;
- Respeitar opiniões diferentes;
- Respeitar as normas e os valores democráticos;
- Adoptar atitudes de tolerância, de solidariedade, de cooperação e de não-discriminação.

2.6. Recursos

A concretização das sugestões metodológicas gerais e específicas, assim como o desenvolvimento das competências atrás identificadas, exige a mobilização de recursos diversificados e permite potenciar os 90 minutos de aula, possibilitando o desdobramento entre teoria e prática, aquisição de conhecimentos, aplicação e pesquisa. Assim, as aulas não serão exclusivamente expositivas e permitirão o desenvolvimento de tarefas de natureza mais prática, que envolverão os alunos em trabalhos de pesquisa e de consolidação de conhecimentos.

Dado que a Ciência Política é uma disciplina nova no actual currículo do Ensino Secundário, não é provável que existam nas escolas materiais específicos desta área do saber, pelo que se sugere que os professores criem nas Bibliotecas escolares uma pequena secção de livros de Ciência Política.

Como se pretende evitar que a disciplina de Ciência Política tenha uma carga excessivamente teórica, recomenda-se que os professores façam uma selecção prévia de textos a partir das obras de referência, ou seja, daquelas que são directamente referidas nas colunas intituladas *Sugestões Metodológicas e Recursos Específicos*, das tabelas adiante apresentadas. Algumas das obras de referência recomendadas só existem em língua estrangeira. Nesse caso, é possível adoptar alternativas, a seleccionar entre as restantes obras indicadas na *Bibliografia Fundamental*.

Destacam-se ainda os seguintes recursos, sem prejuízo de utilizar outros:

- Peças jornalísticas retiradas de jornais, revistas e meios audiovisuais;
- Equipamento de vídeo;
- Mediateca;
- Biblioteca;
- Meios informáticos, com ligação à Internet;
- Expositores de parede;
- Retroprojector e acetatos.

Quanto às pesquisas na Internet, para que os alunos as possam efectivamente realizar e para que as aulas tenham um carácter mais prático e menos expositivo, seria desejável que pelo menos uma das aulas semanais fosse realizada numa sala equipada com computadores ligados à Internet. Recomenda-se aos professores especial cuidado com a selecção dos sítios a visitar, cuidado este que é extensível aos meios de comunicação cuja consulta promoverão.

2.7. Avaliação

O processo de avaliação deve acompanhar o processo de ensino-aprendizagem e deve orientar-se por um conjunto de princípios fundamentais:

- Privilegiar a avaliação formativa, fazendo coincidir as tarefas e actividades de avaliação com as tarefas e actividades de ensino-aprendizagem;
- Partir de uma avaliação diagnóstica rigorosa;
- Diversificar os instrumentos de avaliação: além dos testes escritos e da participação oral, o professor avaliará os trabalhos à medida que forem realizados nas aulas, assim como os comportamentos e as atitudes;
- Promover a participação dos alunos na avaliação, mediante a informação rigorosa sobre, por um lado, os objectivos e os resultados de cada um dos instrumentos e das fontes de avaliação e, por outro, as dificuldades a superar e o nível de desempenho atingido;
- Valorizar a progressão na aprendizagem;
- Motivar os alunos para a superação das suas dificuldades e elaborar os respectivos instrumentos de apoio.

Principais instrumentos e fontes de avaliação:

- Grelhas de observação dos comportamentos, elaboradas com o objectivo de aferir níveis de autonomia, sentido de responsabilidade e respeito pelos valores democráticos;
- Grelhas de registo da participação oral: livre iniciativa na participação, capacidade de argumentação, coerência;
- Testes escritos de tipo diagnóstico, formativo e sumativo;
- Trabalhos escritos realizados nas aulas quer individualmente, quer em grupo;
- Trabalhos realizados fora do contexto de aula: fichas, pesquisas de livros, jornais e revistas, pesquisas na Internet, entre outros.

Natureza da avaliação diagnóstica

Dado o carácter de iniciação desta disciplina, propõe-se que a avaliação diagnóstica a realizar no início da Unidade I – *Introdução*, seja escrita e verse, pelo menos, os seguintes aspectos:

- Conhecimentos de História: movimentos de Reforma e Contra-Reforma, Revoluções Liberais (Inglesa, Americana, Francesa e Portuguesa), História dos Direitos Humanos, História Política do século XX, nomeadamente 1ª e 2ª Guerras Mundiais, a difusão dos regimes democráticos, o fim dos regimes colonialistas, a ascensão e queda do chamado Bloco de Leste. História de Portugal, nomeadamente o regime salazarista, o 25 de Abril de 1974 e a adesão à União Europeia;
- Conhecimentos adquiridos em Filosofia: noções de cultura, normas, valores, Ética, Direito, Política, Estado, sociedade civil, leis, liberdade, igualdade, equidade, justiça social, consciência cívica, direito à diferença;
- Conhecimentos de vocabulário específico da Ciência Política;
- Competências linguísticas / argumentativas: domínio da língua portuguesa e capacidade de argumentação.

III – Desenvolvimento do Programa

UNIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM

INTRODUÇÃO	I
AS IDEIAS POLÍTICAS NO QUADRO DO ESTADO MODERNO	II
QUESTÕES RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	III
TEMAS/PROBLEMAS POLÍTICOS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO	IV

I – Introdução

1.1. Avaliação diagnóstica

1.2. A diversidade do campo da Ciência Política: os diferentes ramos da disciplina

Algumas disciplinas afins

Gestão da Carga Horária: 3 unidades lectivas

Gestão do Tema

Atendendo ao carácter introdutório desta unidade, cumpre entendê-la como uma unidade de diagnóstico e de sensibilização dos alunos para as questões políticas, particularmente as temáticas a tratar nesta disciplina. Como já foi dito na rubrica 2.7. *Avaliação* (2.ª parte deste Programa), deve ser feita uma cuidadosa avaliação diagnóstica, através de teste escrito. O esclarecimento dos resultados da avaliação diagnóstica poderá funcionar como sensibilização e mote para a apresentação geral do Programa da disciplina, permitindo que os alunos se apercebam da necessidade de dominar conceitos, teorias e argumentos para exercer uma cidadania esclarecida e fazer opções políticas bem fundamentadas.

O trabalho inicial deverá consistir em actividades que permitam a identificação, por parte dos alunos, dos diferentes ramos da Ciência Política (Teoria Política, Relações Internacionais, Políticas Públicas, Estudos de Área, Estudos Europeus e Política Comparada), e que possibilitem a compreensão da diversidade de temas desta disciplina. Seguidamente, os alunos deverão relacionar a Ciência Política com algumas disciplinas afins, como a História, a Economia, o Direito, a Sociologia e a Filosofia, de modo a compreenderem o carácter complexo e interdisciplinar da Ciência Política e da actividade política.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva I: Introdução Unidades lectivas previstas: 3	Tema 1.1. Avaliação diagnóstica Tema 1.2. A diversidade do campo da Ciência Política
--	---

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
1.1. Avaliação diagnóstica. 1.2. A diversidade do campo da Ciência Política: os diferentes ramos da disciplina; algumas disciplinas afins.	Ciência Política	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os principais temas do Programa de Ciência Política e os objectivos gerais da disciplina. - Conhecer a diversidade de ramos da Ciência Política. - Relacionar a Ciência Política com algumas disciplinas afins. - Inferir o carácter complexo e interdisciplinar da Ciência Política e da actividade política. 	<ul style="list-style-type: none"> - Teste diagnóstico: ver rubrica 2.7. <i>Avaliação</i>, da 2.ª parte deste Programa. - Apresentação dialogada do Programa da disciplina: recurso a acetato / fotocópia do ponto 2.3. do Programa – <i>Visão Geral dos Temas / Conteúdos</i>. - Recolha de informação sobre os diferentes ramos da Ciência Política: recurso a http://www.apcp.pt, sítio da Associação Portuguesa de Ciência Política – activo em 16/01/06. - Elaboração, em grupo, de esquema geral dos diferentes ramos da Ciência Política e das suas relações com disciplinas afins.

II – AS IDEIAS POLÍTICAS NO QUADRO DO ESTADO MODERNO

2.1. O Poder Político e o Estado

- 2.1.1. O conceito de Estado
- 2.1.2. Diversidade das configurações do Estado na história
- 2.1.3. O Estado Europeu Moderno

2.2. O Constitucionalismo Liberal e os Direitos do Homem e do Cidadão*

- 2.2.1. Os ideais das Revoluções Americana e Francesa e as declarações dos direitos do homem e do cidadão
- 2.2.2. Os novos ideais na Constituição portuguesa de 1822
- 2.2.3. A evolução da cidadania num sentido democrático e social

2.3. As Ideologias Políticas*

- 2.3.1. Direita e esquerda: origem e sentido da dicotomia
- 2.3.2. As principais correntes ideológicas: a) Liberalismo; b) Conservadorismo; c) Socialismo

2.4. A Reflexão Contemporânea sobre as Funções e a Extensão do Estado*

- 2.4.1. Direitos individuais e Estado mínimo
- 2.4.2. Prioridade da justiça e igualdade democrática.

Gestão da carga horária: 24 unidades lectivas

Gestão do Tema

A Unidade II visa proporcionar aos alunos o conhecimento básico – e necessariamente sucinto – da evolução do pensamento e das ideologias políticas no quadro do Estado moderno. Como foi referido na Unidade I – *Introdução*, a Ciência Política engloba também um tipo de reflexão de carácter normativo que mergulha as suas origens na tradição da Teoria Política. Esta tradição procedeu a uma reflexão sobre o próprio conceito de Estado, as características distintivas do Estado moderno, a génese do constitucionalismo liberal e a evolução da cidadania num sentido democrático e social. Por outro lado, essa tradição propicia uma análise das ideologias coexistentes no espectro constitucional, assim como uma reflexão sobre as funções e a extensão do Estado na actualidade.

* Conteúdo de aprofundamento.

2.1. O Poder Político e o Estado

2.1.1. O conceito de Estado

2.1.2. Diversidade das configurações do Estado na História

2.1.3. O Estado Europeu Moderno

Gestão do Tema

Nesta primeira subunidade, pretende-se que os alunos aprendam a distinguir o poder político de outros tipos de poder (económico, ideológico) e a relacioná-lo com o Estado. O conceito de Estado é tratado na sua aceção lata, englobando o ordenamento do poder político, mas também o território e o povo.

Esta aceção lata do conceito permitirá aos alunos compreender que o Estado, com um poder político separado da sociedade, não existia nas sociedades ditas primitivas, e que existem diversas configurações históricas do Estado. Assim, os alunos são chamados a conhecer sociedades sem Estado e diversos tipos de Estado, como os primeiros Impérios da Antiguidade, a *Polis* grega, a República e o Império Romanos, e a organização política medieval, de tipo feudal ou senhorial.

A maior relevância é dada ao Estado europeu moderno, devendo ser contextualizada a sua génese e apreendidas as suas características distintivas: maior concentração e centralização do poder; melhor definição do território; a ideia de soberania como autoridade suprema no território do Estado.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva II: <i>As Ideias Políticas no Quadro do Estado Moderno</i> Unidades lectivas previstas: 24	Tema 2.1. O Poder Político e o Estado
---	--

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
2.1.1. O conceito de Estado. 2.1.2. Diversidade das configurações do Estado na história. 2.1.3. O Estado Europeu moderno.	Estado Estado Europeu moderno Poder político Soberania	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar a relação do poder político com o Estado. - Definir Estado. - Identificar diversas configurações históricas do Estado. - Caracterizar o Estado Europeu moderno. - Explicar a noção de soberania. 	<ul style="list-style-type: none"> - Exposição, com base nos conhecimentos dos alunos, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos na disciplina de História. - Leitura e análise de excertos das obras de referência e dos documentos descarregados da Internet. Recurso a artigos sobre o <i>Estado</i> nas enciclopédias <i>Polis</i> e <i>Einaudi</i> (da autoria, respectivamente, de Diogo Freitas do Amaral e de Norberto Bobbio); a sítios na Internet de carácter enciclopédico como, por exemplo, http://wikipedia.org – activo em 16/01/06. - Consulta de obras de História da Europa. Recurso à Biblioteca da escola. - Elaboração de relatório ou resumo das aprendizagens.

2.2. O Constitucionalismo Liberal e os Direitos do Homem e do Cidadão *

- 2.2.1. Os ideais das Revoluções Americana e Francesa e as declarações dos direitos do homem e do cidadão
- 2.2.2. Os novos ideais na Constituição portuguesa de 1822
- 2.2.3. A evolução da cidadania num sentido democrático e social

Gestão do Tema

Esta subunidade faz uma introdução aos princípios básicos do constitucionalismo liberal: abolição do absolutismo monárquico, elaboração de constituições escritas, parlamentarismo e, especialmente, a afirmação dos direitos do homem e do cidadão.

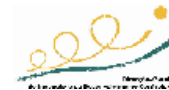
Pretende-se que os alunos conheçam o contexto e o conteúdo das Declarações de Direitos da modernidade, nomeadamente a Declaração da Independência americana (1776), os primeiros dez aditamentos à Constituição Americana (ou seja, o *Bill of Rights* de 1791), a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (francesa), de 1789, e o Título I da Primeira Constituição Portuguesa, de 1822.

Ao analisar estas declarações, os alunos deverão aperceber-se do influxo do modelo inglês, tal como formado a partir da Revolução Gloriosa, de 1688, e do *Bill of Rights*, de 1689. Os alunos deverão conhecer também a influência das ideias políticas do tempo, incluindo as ideias de direitos naturais do homem e de contrato social.

Seguidamente, os alunos deverão ser capazes de sintetizar, a partir dos textos das Declarações analisadas, os direitos e deveres de cidadania. Ao analisar o conceito de cidadania, os alunos deverão ser permanentemente confrontados com a ideia de que não é possível falar de direitos sem os correspondentes deveres, mesmo quando estes últimos não são explicitados nas Declarações estudadas.

O conceito de cidadania será também enriquecido pela análise da sua evolução a partir da cidadania civil, para uma cidadania política democrática mediante o alargamento do sufrágio aos destituídos, analfabetos e às mulheres e, por fim, no sentido de uma cidadania social. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) será apresentada como uma súpula dessa história, contendo as três gerações de direitos civis, políticos e sociais e, simultaneamente, representando a internacionalização de todos esses direitos enquanto Direitos Humanos.

* Conteúdo de aprofundamento.



ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva II: As Ideias Políticas no Quadro do Estado Moderno	Tema 2.2. O Constitucionalismo Liberal e os Direitos do Homem e do Cidadão*
Unidades lectivas previstas: 24	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
<p>2.2.1. Os ideais das Revoluções Americana e Francesa e as declarações dos direitos do homem e do cidadão.</p> <p>2.2.2. Os novos ideais na Constituição portuguesa de 1822.</p> <p>2.2.3. A evolução da cidadania num sentido democrático e social.</p>	<p>Cidadania civil</p> <p>Cidadania política</p> <p>Cidadania social</p> <p>Constitucionalismo liberal</p> <p>Constituição</p> <p>Declaração dos direitos do homem e do cidadão</p> <p>Declaração Universal dos Direitos Humanos</p> <p>Direitos e deveres de cidadania</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer o contexto e o conteúdo das primeiras Declarações de Direitos da modernidade. - Apreender a influência exercida pelo modelo inglês sobre essas Declarações. - Compreender a influência exercida sobre essas mesmas Declarações pelas ideias políticas modernas. - Identificar os ideais subjacentes à Constituição portuguesa de 1822. - Conhecer os deveres e os direitos de cidadania. 	<ul style="list-style-type: none"> - Exposição, com base nos conhecimentos dos alunos, fazendo apelo a conhecimentos adquiridos nas disciplinas de História e Filosofia. - Leitura e análise de excertos da obra <i>História das Ideias Políticas</i> (vol. II, cap. V, § 1), de Diogo Freitas do Amaral (caso esta obra não exista na Biblioteca da escola, recomenda-se a utilização de outra obra do género) e da obra <i>A Cidadania</i>, de J. M. Barbalet. - Pesquisa na Internet: a Constituição Portuguesa de 1822, especialmente o Título I; recurso a http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/const822.html – activo em 09/07/06. - Participação em conferência ou colóquio com especialistas em direitos humanos ou com representantes de organizações não governamentais nesta área (por exemplo, a Amnistia Internacional). A preparação dessa conferência ou colóquio pode ser feita através de consultas a http://www.amnistia-internacional.pt/, sítio português da Amnistia Internacional – activo em 05/07/06.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

* Conteúdo de aprofundamento.

Unidade Lectiva II: <i>As Ideias Políticas no Quadro do Estado Moderno</i>	Tema 2.2. O Constitucionalismo Liberal e os Direitos do Homem e do Cidadão*
Unidades lectivas previstas: 24	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
		<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer a correspondência entre direitos e deveres de cidadania. - Conhecer a evolução progressiva do conceito de cidadania civil para o de plena cidadania política e deste para o de cidadania social. - Conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e análise de textos das diversas declarações de direitos, disponíveis, por exemplo, em <i>Textos Históricos do Direito Constitucional</i>, de Jorge Miranda. Debate e sistematização das conclusões. Recurso também a http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por, para descarregar a <i>Declaração Universal dos Direitos Humanos</i> – activo em 03/07/06. - Elaboração de mini-ensaio.

* Conteúdo de aprofundamento.

2.3. As ideologias políticas*

2.3.1. Direita e esquerda: origem e sentido da dicotomia

2.3.2. As principais correntes ideológicas: a) Liberalismo; b) Conservadorismo; c) Socialismo

Gestão do Tema

Pretende-se que os alunos conheçam a origem e o sentido da distinção entre Direita e Esquerda, assim como alguns dos seus avatares ao longo da época contemporânea.

Partindo de um conceito simples de ideologia política, entendida como conjunto de valores colectivos orientados para a acção, deverão ser reconhecidas as principais correntes ideológicas no quadro constitucional.

Os alunos deverão identificar, em particular, as correntes do liberalismo, do conservadorismo e do socialismo, assim como os pensadores de referência destas correntes, especialmente os casos de Adam Smith e John Stuart Mill para o liberalismo, Edmund Burke para o conservadorismo e Karl Marx e Eduard Bernstein para o socialismo. Pretende-se também que os alunos adquiram alguma familiaridade em relação aos temas e valores fundamentais de cada uma das correntes ideológicas, tendo embora em atenção a multiplicidade das suas versões nacionais ou locais.

* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva II: <i>As Ideias Políticas no Quadro do Estado Moderno</i>	Tema 2.3. As ideologias políticas*
Unidades lectivas previstas: 24	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
2.3.1. Direita e Esquerda: origem e sentido da dicotomia. 2.3.2. As principais correntes ideológicas: a) Liberalismo; b) Conservadorismo; c) Socialismo.	Conservadorismo Direita Esquerda Ideologia Política Liberalismo Socialismo	<ul style="list-style-type: none"> - Explicar a origem e o sentido da distinção entre “Direita” e “Esquerda”, assim como alguns dos seus avatares ao longo da época contemporânea. - Identificar as principais correntes ideológicas coexistentes no quadro constitucional: liberalismo, conservadorismo e socialismo. - Identificar pensadores, temas e valores fundamentais de cada uma destas vertentes ideológicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e análise de excertos das entradas sobre “Direita” e “Esquerda” na enciclopédia <i>Polis</i>. - Organização de debates sobre um tema (por exemplo, os valores da “Direita” <i>versus</i> os da “Esquerda”): os alunos assumem posições, pró e contra. <p>Trabalho de grupo: pesquisa de informações sobre as principais correntes ideológicas. Recurso a excertos das obras <i>O Liberalismo</i>, de John Gray, <i>O Socialismo</i>, de Bernard Crick e <i>O Conservadorismo</i>, de Robert Nisbet; apresentação das conclusões à turma. Também podem ser úteis: i) os capítulos de obras de História das Ideias Políticas referenciadas na <i>Bibliografia Fundamental</i>, sobre Adam Smith, John Stuart Mill, Edmund Burke, Karl Marx, e Eduard Bernstein, ii) directórios da Internet sobre pensadores políticos relevantes. Sugere-se, por exemplo: http://classics.mit.edu/index.html; e http://directory.google.com/Top/Science/Social_Sciences/Political_Science/Political_Philosophy/Political_Philosophers/ – activos em 12/01/06.</p>

* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

<p>Unidade Lectiva II: <i>As Ideias Políticas no Quadro do Estado Moderno</i></p> <p>Unidades lectivas previstas: 24</p>	<p>Tema 2.3. As ideologias políticas*</p>
--	--

<p align="center">CONTEÚDOS</p>	<p align="center">CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS</p>	<p align="center">OBJECTIVOS ESPECÍFICOS</p>	<p align="center">SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS</p>
			<ul style="list-style-type: none"> - Realização do teste de posicionamento político no sítio <i>Political Compass</i> da Internet; recurso a http://www.politicalcompass.org – activo em 16/01/06. Cada aluno ou grupo de alunos, aos quais o teste atribui uma posição política idêntica, elabora um texto argumentativo para defender essa posição.

* Conteúdo de aprofundamento.

2.4. A reflexão contemporânea sobre as funções e a extensão do Estado*

2.4.1. Direitos individuais e Estado mínimo

2.4.2. Prioridade da justiça e igualdade democrática

Gestão do Tema

Pretende-se com este tema que os alunos conheçam duas visões opostas quanto às funções do Estado na actualidade e compreendam se elas se estendem ou não aos aspectos sociais. A primeira, exemplificada pelo pensamento de Robert Nozick, defende uma ideia de Estado mínimo. A segunda, patenteada no pensamento de John Rawls, defende a justiça social com um forte pendor igualitário.

Os alunos deverão apreender a ideia libertarista ou neoliberal de direitos individuais. Estes direitos são negativos, isto é, indicam o que os outros e o próprio Estado não nos podem fazer. A defesa desses direitos deve ser associada ao favorecimento de um Estado mínimo, limitado à protecção das liberdades individuais e da propriedade privada. Por fim, este tipo de Estado deve ser associado a uma concepção de justiça que recusa a justiça distributiva em função de padrões e de resultados impostos à sociedade. A este propósito, aconselha-se a explicação do chamado “exemplo Wilt Chamberlain”, sugerido por Nozick.

Os alunos deverão também compreender a formulação dos princípios da justiça relativos às liberdades, à igualdade equitativa de oportunidades e à distribuição do rendimento e da riqueza, formulados por John Rawls. Para além destas ideias, deverão ser capazes de formular algumas das suas consequências institucionais, ou seja, deverão ser capazes de identificar funções sociais do Estado defendidas pela visão mais igualitária, como a garantia do acesso à educação ou a melhoria da situação económica dos mais desfavorecidos. Esta visão é designada por Rawls como “igualdade democrática”. Ela visa rectificar a posição dos mais desfavorecidos pela lotaria social e natural e deve ser contraposta ao “sistema de liberdade natural” que a teoria libertarista ou neoliberal defende.

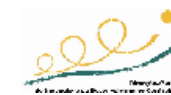
* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva II: <i>As Ideias Políticas no Quadro do Estado Moderno</i> Unidades lectivas previstas: 24	Tema 2.4. A reflexão contemporânea sobre as funções e a extensão do Estado*
---	--

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
2.4.1. Direitos individuais e Estado mínimo. 2.4.2. Prioridade da justiça e igualdade democrática.	Crítica da justiça padronizada e de resultado final Estado mínimo Igualdade democrática Instituições justas Liberdade e propriedade como direitos negativos Princípios da justiça Sistema de liberdade natural	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar duas perspectivas opostas acerca da extensão e funções do Estado na actualidade. - Definir direitos individuais e Estado mínimo de acordo com a perspectiva libertarista. - Relacionar a concepção libertarista dos direitos com a crítica à justiça padronizada e de resultado final. - Explicar a formulação dos princípios da justiça, segundo John Rawls. - Relacionar os princípios da justiça com as funções sociais do Estado defendidas por Rawls. - Contrapor a defesa da igualdade democrática por Rawls à perspectiva libertarista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e análise de excertos: <ul style="list-style-type: none"> a) da Secção I do Capítulo 7, da obra <i>Anarchy, State, and Utopia</i>, de Robert Nozick (existe tradução espanhola e brasileira desta obra, vide <i>Bibliografia Fundamental</i>); b) das Secções 11 a 13 da obra <i>Uma Teoria da Justiça</i>, de John Rawls. - Em alternativa, é possível estudar este tema a partir da obra <i>História da Filosofia Política</i> dirigida por Alain Renaut (vol. 5, Terceira Secção, cap. 1), ou ainda a partir de outras obras sobre o pensamento político contemporâneo constantes da <i>Bibliografia Fundamental</i>. - Realização de pesquisas em diversos sítios da Internet, nomeadamente, http://www.policylibrary.com/nozick/index.htm e http://www.policylibrary.com/rawls/index.htm – activos em 12/01/06.

* Conteúdo de aprofundamento.



ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva II: <i>As Ideias Políticas no Quadro do Estado Moderno</i>	Tema 2.4. A reflexão contemporânea sobre as funções e a extensão do Estado*
Unidades lectivas previstas: 24	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
			<ul style="list-style-type: none">- Participação em conferências e colóquios com especialistas.- Organização de debate sobre um tema específico (por exemplo, a ideia de Estado mínimo <i>versus</i> a ideia de Estado social).

* Conteúdo de aprofundamento.

III – QUESTÕES RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

3.1. Regimes políticos democráticos e não democráticos

- 3.1.1. Totalitarismos e autoritarismos
- 3.1.2. O Estado de direito democrático*

3.2. Sistemas de governo na actualidade

- 3.2.1. A Constituição e o sistema de governo*
- 3.2.2. Tipos de sistemas de governo*
 - 3.2.2.1. O Parlamentarismo
 - 3.2.2.2. O Presidencialismo
 - 3.2.2.3. O Semi-Presidencialismo
- 3.2.3. As políticas públicas

3.3. A relação dos cidadãos com a política*

- 3.3.1. A participação política
 - 3.3.1.1. Formas de participação política convencional
 - 3.3.1.2. Formas de participação política não-convencional
- 3.3.2. Os partidos políticos e os movimentos sociais
- 3.3.3. Os sistemas eleitorais

3.4 O sistema político em Portugal*

- 3.4.1. O caso português de transição para a democracia
- 3.4.2. As instituições da democracia portuguesa
 - 3.4.2.1. O processo constituinte e as revisões constitucionais
 - 3.4.2.2. O relacionamento entre o poder executivo e o legislativo
- 3.4.3. A evolução do sistema partidário português em democracia
- 3.4.4. A democracia portuguesa no contexto internacional
 - 3.4.4.1. A democracia portuguesa e a União Europeia
 - 3.4.4.2. As relações internacionais da democracia portuguesa

Gestão da carga horária: 55 unidades lectivas

Gestão do Tema

Esta unidade pretende proporcionar aos alunos conhecimento e compreensão da organização dos sistemas políticos contemporâneos.

* Conteúdo de aprofundamento.

Para alcançar esse objectivo, a unidade tratará primeiramente os tipos de regimes políticos, de modo a contextualizar os sistemas políticos democráticos actuais e, em seguida, as instituições políticas, as políticas públicas e as formas de exercício da cidadania. Em relação a estes temas existem dois tipos de conhecimentos que deverão ser conciliados: primeiro, noções básicas sobre a organização do Estado e da sociedade civil; segundo, informação sobre as características políticas actuais de alguns países. Na última parte, será abordado o caso português de forma detalhada, tratando-se sucessivamente a transição para a democracia em Portugal, as escolhas constitucionais, bem como as posteriores revisões constitucionais do Estado democrático e, finalmente, a evolução do sistema partidário, de modo a completar o quadro do funcionamento das instituições. Ainda no âmbito do tema do sistema político português, será estudado o enquadramento internacional da nossa democracia. Neste contexto, os alunos deverão familiarizar-se com o processo de adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE) e com a evolução do processo de integração europeia desde então. Terminamos esta unidade abordando algumas das instituições internacionais de que Portugal faz parte e/ou integra, nomeadamente, a CPLP, a NATO, a ONU, a OSCE e a OCDE.

No seu conjunto, esta unidade deve ser entendida como um exercício que irá contribuir para a compreensão da posição do indivíduo enquanto actor interveniente no processo político e do significado da cidadania hoje.

3.1. Regimes políticos democráticos e não democráticos

- 3.1.1. Totalitarismos e autoritarismos
- 3.1.2. O Estado de direito democrático*

Gestão do Tema

Os alunos devem estudar os mais importantes regimes políticos dos séculos XX e XXI e aprender a reconhecer as principais diferenças entre regimes autoritários, totalitários e democráticos. Em seguida, explicar-se-á como se tem concretizado a transição para a democracia em períodos distintos, comparando a segunda vaga de democratização ocorrida no pós – 2.^a Guerra Mundial com a terceira vaga de democratização ocorrida depois de 1974. Deverão ser introduzidos os conceitos de liberalização das oportunidades de contestação e de inclusão de todos os grupos sociais na participação política. Um especial realce deverá ser dado aos princípios que regem um Estado de Direito Democrático. Para que um Estado seja considerado democrático exige-se uma série de garantias institucionais que, por um lado, proporcionem a participação sem entraves dos cidadãos e que, por outro lado, assegurem a responsabilização das instituições. De seguida, deverá fazer-se uma apreciação do que tem sido o processo de democratização no mundo de hoje. Neste sentido, os alunos deverão familiarizar-se com o conceito das três vagas de democratização, saber em que vaga se insere a democratização portuguesa e discutir os factores explicativos da terceira vaga de democratização.

* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva III: Questões Relativas à Organização do Estado	Tema 3.1. Regimes políticos democráticos e não democráticos
Unidades lectivas previstas: 55	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
3.1.1. Totalitarismos e autoritarismos. 3.1.2. O Estado de direito democrático.*	Estado de Direito Regime autoritário Regime democrático Regime totalitário Transição democrática Vaga de democratização	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os principais regimes políticos do século XX. - Caracterizar os principais regimes políticos do século XX. - Caracterizar diferentes regimes não-democráticos da actualidade. - Determinar se esses regimes não-democráticos são autoritários ou totalitários. - Inferir as diferenças formais entre regimes totalitários e regimes autoritários. - Caracterizar sumariamente os regimes democráticos. - Analisar os princípios que regem o Estado de Direito Democrático. - Explicar como se tem vindo a concretizar a transição para a democracia nos últimos cem anos. - Explicar resumidamente as três vagas de democratização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e análise de excertos do capítulo 9 da obra <i>Curso de Ciência Política</i>, de Gianfranco Pasquino. - Leitura de excertos de uma obra literária sobre totalitarismo e/ou autoritarismo, por exemplo, <i>Mil Novecentos e Oitenta e Quatro</i>, de George Orwell, que dá uma visão sempre actual da vida num regime totalitário. Esta actividade poderá servir de base a uma discussão sobre os regimes não-democráticos. Elaboração de texto argumentativo. - Pesquisas sobre arte nazi e fascista; pesquisa de cartazes e outros meios de propaganda. Recursos: livros de arte existentes na Biblioteca da Escola. - Exposição, com base nos conhecimentos dos alunos, fazendo apelo a conhecimentos sobre Democracia e Estado de Direito, adquiridos nas disciplinas de História e de Filosofia. - Resposta a ficha de leitura de excertos do capítulo 10 da obra <i>Curso de Ciência Política</i>, de Gianfranco Pasquino.

* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva III: Questões Relativas à Organização do Estado Unidades lectivas previstas: 55	Tema 3.1. Regimes políticos democráticos e não democráticos
---	--

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
		<ul style="list-style-type: none"> - Situar a democratização portuguesa entre as três vagas de democratização. - Distinguir entre si regimes autoritários, regimes totalitários e regimes democráticos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Recolha de informação sobre o estado da democracia no mundo; consulta do sítio da organização <i>Freedom House</i> na Internet: recurso a www.freedomhouse.org – activo em 07/01/06. - Realização de trabalho de grupo: <ul style="list-style-type: none"> a) balanço do estado da democracia nos vários continentes: Europa, África, Ásia, América Latina; b) identificação dos países menos democráticos segundo a <i>Freedom House</i>. Cada grupo deve escolher um regime com baixo grau de democraticidade, fazer pesquisas de artigos sobre estes países em jornais (p. ex., Expresso e Diário de Notícias, recurso a http://semanal.expresso.clix.pt/edicoes/default.asp?edition=1757; http://dn.sapo.pt/#papel); - activos em 07/06/06. - Elaboração e apresentação de relatórios sobre os tipos de regime que mais se aproximam aos países estudados pelos diferentes grupos.



3.2. Sistemas de Governo na actualidade

- 3.2.1. A Constituição e o sistema de governo*
- 3.2.2. Tipos de sistemas de governo*
 - 3.2.2.1. O Parlamentarismo
 - 3.2.2.2. O Presidencialismo
 - 3.2.2.3. O Semi-Presidencialismo
- 3.2.3. As políticas públicas

Gestão do Tema

As três principais formas de governo praticadas nas democracias contemporâneas, nomeadamente, o presidencialismo, o parlamentarismo e o semi-presidencialismo, constituem o assunto central desta subunidade. O objectivo é que os alunos aprendam noções básicas relativas às diferenças entre os principais sistemas políticos actuais. Essencialmente, os alunos deverão conhecer as diferenças entre sistemas no que respeita à escolha dos órgãos de soberania e às relações entre poder executivo e poder legislativo. A importância da Constituição será realçada na definição das regras inerentes ao sistema de governo, através da análise de alguns artigos centrais da Constituição da República Portuguesa. Além disso, os alunos deverão ser familiarizados com as suas revisões, devendo a revisão de 1982 ser identificada como aquela que foi mais importante, na medida em que extinguiu o Conselho da Revolução e redefiniu os poderes do Presidente da República, criou o Conselho de Estado e o Tribunal Constitucional.

Para finalizar, será abordado o tema das políticas públicas. As políticas públicas devem ser entendidas como o resultado das decisões tomadas pelo poder executivo. Nesse âmbito, há que compreender a forma como as políticas públicas irão ter um impacto sobre a sociedade civil que, por seu turno, irá influenciar o modo como os cidadãos fazem as suas escolhas políticas e eleitorais. Neste domínio, interessa examinar a forma como são produzidas as políticas públicas e quais são os actores intervenientes na formação das mesmas, sendo fundamental o papel da Administração Pública, na interface entre governo e cidadãos.

* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva III: Questões Relativas à Organização do Estado	Tema 3.2. Sistemas de Governo na actualidade
Unidades lectivas previstas: 55	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
3.2.1. A Constituição e o sistema de governo. 3.2.2. Tipos de sistemas de governo* 3.2.2.1. O Parlamentarismo. 3.2.2.2. O Presidencialismo. 3.2.2.3. O Semi-Presidencialismo.	Constituição Política pública Sistema de governo Parlamentarismo Presidencialismo Semi-Presidencialismo	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar a Constituição enquanto documento que estabelece as regras do sistema de governo. - Definir sistema de governo. - Identificar as três principais formas de governo praticadas nas democracias contemporâneas. - Caracterizar essas formas de governo. - Identificar as diferenças entre os principais sistemas de governo que existem na actualidade, em especial no que respeita à escolha dos órgãos de soberania e às relações entre poder executivo e poder legislativo. - Analisar a Constituição Portuguesa quanto à definição do sistema de governo. - Conhecer as principais revisões da Constituição Portuguesa, particularmente aquelas que respeitam a alterações operadas no sistema de governo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e análise de excertos da Constituição da República Portuguesa. Os alunos deverão ser divididos em grupos que escolhem uma instituição – Governo, Parlamento, Presidente da República, Conselho de Estado, Tribunal Constitucional. Cada grupo deverá preparar uma apresentação sobre os poderes do órgão em causa. Debate sobre a partilha do poder executivo em Portugal. Recurso: <i>Constituição da República Portuguesa, de acordo com a revisão de 2004, anotada com as revisões anteriores.</i> - Leitura e análise de excertos dos capítulos 3, 4 e 6 da obra <i>Sistemas Políticos Comparados</i>, de Gianfranco Pasquino. - Realização de visita(s) de estudo a algumas instituições, nomeadamente: Assembleia da República, Museu da Presidência da República e órgãos do Poder Local do Concelho onde se situa a escola. Além disso, também poderá contactar-se a AEDAR, Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República (com sede no Palácio de São Bento), que disponibiliza oradores entre os seus membros, residentes em todo o País.

* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva III: Questões Relativas à Organização do Estado	Tema 3.2. Sistemas de Governo na actualidade
Unidades lectivas previstas: 55	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
3.2.3. As políticas públicas.		<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a forma como são produzidas as políticas públicas. - Identificar os actores intervenientes na formação das políticas públicas. - Inferir a importância das políticas públicas em democracia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e análise de excertos do capítulo 8 da obra <i>Curso de Ciência Política</i>, de Gianfranco Pasquino. - Trabalho de grupo: realização de entrevistas a diferentes actores intervenientes na formação de uma política pública.



3.3. A relação dos cidadãos com a política*

- 3.3.1. A participação política
 - 3.3.1.1. Formas de participação política convencional
 - 3.3.1.2. Formas de participação política não-convencional
- 3.3.2. Os partidos políticos e os movimentos sociais
- 3.3.3. Os sistemas eleitorais

Gestão do Tema

A relação dos cidadãos com a política é uma das questões centrais da actualidade. Por conseguinte, é fundamental que os alunos conheçam as principais formas de participação política que existem em democracia, dando um especial destaque às diferentes formas de participação, nomeadamente, a convencional e a não-convencional. A participação convencional inclui todas as actividades nos partidos, a participação cívica em associações e o voto. A participação não-convencional inclui um leque de actividades que são tidas como ilegítimas (p. ex., boicotes), ou ilegais (p. ex., cortes de estradas), ou simplesmente inovadoras (p. ex., *blogs* políticos). No âmbito da participação convencional deverá ser dado particular destaque à participação eleitoral, porque é aquela que determina, de forma mais directa, a composição das instituições políticas. Também é importante que os alunos se familiarizem com tipologias de partidos políticos, uma vez que estas procuram caracterizar os tipos de partidos ao longo dos séculos XX e XXI, na sua relação com a sociedade. Alguns tipos de partidos, nomeadamente os partidos de massas e os partidos eleitoralistas, devem ser caracterizados para que se compreenda quais as principais mudanças no seu perfil organizativo e as respectivas consequências para o seu relacionamento com o eleitorado.

Mas a política não é vivida pelos cidadãos apenas através dos partidos políticos. Daí a importância de familiarizar os alunos com a existência de movimentos sociais. Estes surgiram a partir dos anos sessenta no âmbito do crescimento de temas como o pacifismo, o feminismo e o ambientalismo e dão corpo a movimentos relativamente descentralizados e não-hierárquicos que tentam influenciar o processo político. A adesão a este tipo de movimentos de participação política deverá ser discutida paralelamente à participação nos partidos. As várias formas de participação política possíveis, tal como o associativismo nas suas mais variadas vertentes (associações de alunos, sindicalismo, associações de interesse local, associações profissionais, associações de defesa de causas únicas, etc.), podem levar a um maior interesse e

* Conteúdo de aprofundamento.



participação na *Polis*. Finalmente, deverão ser salientados, de forma breve, alguns dos princípios que estão subjacentes aos vários sistemas eleitorais.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva III: Questões Relativas à Organização do Estado	Tema 3.3. A relação dos cidadãos com a política*
Unidades lectivas previstas: 55	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
<p>3.3.1. A participação política.</p> <p> 3.3.1.1. Formas de participação política convencional.</p> <p> 3.3.1.2. Formas de participação política não-convencional.</p> <p>3.3.2. Os partidos políticos e os movimentos sociais.</p> <p>3.3.3. Os sistemas eleitorais.</p>	<p>Participação eleitoral</p> <p>Participação política</p> <p>Partidos políticos</p> <p>Sistemas eleitorais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as principais formas de participação política em democracia. - Distinguir participação convencional de participação não-convencional. - Caracterizar a participação eleitoral. - Analisar outras formas de participação política. - Identificar tipologias de partidos políticos. - Explicar o papel desempenhado pelos partidos na mobilização dos eleitores. - Explicar a forma como o sistema eleitoral transforma votos em mandatos. - Conhecer alguns dos princípios subjacentes aos dois grandes tipos de sistemas eleitorais que existem, nomeadamente os maioritários e os proporcionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Resposta a ficha de leitura sobre excertos dos capítulos 2 e 5 da obra <i>Curso de Ciência Política</i>, de Gianfranco Pasquino. - Pesquisa de informação sobre a eleição mais recente em Portugal; recursos: Comissão Nacional de Eleições – http://www.cne.pt e Jornal <i>Público</i> – http://www.publico.pt – activos em 08/07/06. Dossiers eleitorais do jornal <i>Público</i>: escolher um partido/candidato; analisar a forma como esse partido/candidato tenta mobilizar os eleitores; comentar a forma como a participação política é exercida, qual o papel dos partidos na mobilização dos eleitores e a forma como os votos são transformados em mandatos. - Trabalho de grupo: pesquisa e selecção de <i>blogs</i> políticos. Os alunos deverão tentar caracterizar ideologicamente estes <i>blogs</i> e discutir o seu contributo para a participação política dos cidadãos. <p>Recursos: http://www.abrupto.blogspot.com/</p>

* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva III: Questões Relativas à Organização do Estado	Tema 3.3. A relação dos cidadãos com a política*
Unidades lectivas previstas: 55	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
			<p>http://bloguitica.blogspot.com/; http://oacidental.blogspot.com/; http://causa-nossa.blogspot.com/; activos em 08/07/06.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização de entrevistas ou inquéritos a dirigentes de associações locais que tenham objectivos políticos (por exemplo, associações de estudantes, sindicatos, associações de defesa do ambiente). - Consulta e análise de documentos relativos aos partidos políticos e às eleições: recurso ao endereço http://www.cne.pt/ – Comissão Nacional de Eleições. - Análise de peças jornalísticas sobre os partidos políticos portugueses, representados na Assembleia da República. - Sistematização e esquematização das conclusões. - Resposta a ficha de leitura sobre excertos do capítulo 4 da obra <i>Curso de Ciência Política</i>, de Gianfranco Pasquino. Debate das conclusões.

* Conteúdo de aprofundamento.

3.4. O sistema político em Portugal *

- 3.4.1. O caso português de transição para a democracia
- 3.4.2. As instituições da democracia portuguesa
 - 3.4.2.1. O processo constituinte e as revisões constitucionais
 - 3.4.2.2. O relacionamento entre o poder executivo e o legislativo
 - 3.4.2.3. Poder nacional e poder local. As regiões autónomas
- 3.4.3. A evolução do sistema partidário português em democracia
- 3.4.4. A democracia portuguesa no contexto internacional
 - 3.4.4.1. A democracia portuguesa e a União Europeia
 - 3.4.4.2. As relações internacionais da democracia portuguesa

Gestão do Tema

A abordagem da transição para a democracia em Portugal deverá ser discutida enquanto primeiro caso da terceira vaga de democratização.

Uma vez caracterizada a Revolução de 25 de Abril de 1974, identificando as suas principais figuras, a sua iconografia, canções mais representativas e outras manifestações artísticas, dever-se-á proceder a uma análise sumária das instituições políticas nacionais e locais portuguesas do pós-25 de Abril. Essa análise permitirá que os alunos caracterizem o processo constituinte e conheçam os principais órgãos de soberania, as relações entre Presidente, Governo e Parlamento em Portugal, o estatuto das regiões autónomas, assim como as competências do poder regional, do poder local, de forma a compreenderem as diferenças entre os dois níveis de poder político, nacional e local. De seguida, os alunos devem familiarizar-se com o momento fundacional dos principais partidos políticos em Portugal e também com a evolução do voto nesses partidos ao longo dos anos de democracia.

Para finalizar, analisar-se-á, na perspectiva da história política, a evolução do processo de integração de Portugal na União Europeia, caracterizando os períodos pré e pós adesão. Neste tema, deverá também ser explicada a importância de algumas das instituições internacionais de que o Estado português faz parte, nomeadamente, a CPLP, a ONU, a NATO, a OSCE e a OCDE.

* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva III: Questões Relativas à Organização do Estado	Tema 3.4. O sistema político em Portugal*
Unidades lectivas previstas: 55	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
<p>3.4.1. O caso português de transição para a democracia.</p> <p>3.4.2. As instituições da democracia portuguesa.</p> <p>3.4.2.1. O processo constituinte e as revisões constitucionais.</p> <p>3.4.2.2. O relacionamento entre o poder executivo e o legislativo.</p> <p>3.4.2.3. Poder nacional e poder local. As regiões autónomas.</p> <p>3.4.3. A evolução do sistema partidário português em democracia.</p>	<p>Autarquia</p> <p>Assembleia Constituinte</p> <p>Órgãos de soberania</p> <p>Poder executivo</p> <p>Poder legislativo</p> <p>Região autónoma</p> <p>Revolução do 25 de Abril</p> <p>Sistema partidário português</p> <p>Tratado de adesão</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar a transição para a democracia em Portugal, enquanto exemplo da primeira democratização da terceira vaga de democracia. - Identificar algumas figuras políticas que participaram na Revolução, a iconografia da época, canções e outras formas de manifestação artística. - Caracterizar sucintamente as instituições políticas nacionais e locais portuguesas do pós-25 de Abril de 1974. - Explicar as principais características dos órgãos de soberania. - Analisar as relações entre Presidente, Governo e Parlamento em Portugal. - Identificar as competências do poder local. - Inferir as diferenças entre os dois níveis de poder político, nacional e local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e análise dos capítulos 1 e 4 da obra <i>Portugal Contemporâneo</i>, de António Costa Pinto. - Visionamento de filme ou documentário e preenchimento de guião de análise. Sugestão: <i>Os Capitães de Abril</i>, de Maria de Medeiros, Mutante Filmes, 2000. Debate das conclusões. - Pesquisa documental sobre o 25 de Abril de 1974: recurso a http://www.uc.pt/cd25a/ - Centro de Documentação do 25 de Abril da Universidade de Coimbra; activo em 07/06/06. - Desenvolvimento de um projecto que envolva os alunos na “cobertura jornalística” do 25 de Abril. O exercício proposto no sítio http://www.minerva.uevora.pt/aventuras/vilavicoso/umaaventuranotempo.html, - activo em 07/06/06 - intitulado <i>Uma Aventura no Tempo – uma reportagem</i>, encontra-se organizado de modo a que os alunos, imaginando-se na época, se assumam como repórteres e procurem retratar factos e explicações para os mesmos.

* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva III: Questões Relativas à Organização do Estado	Tema 3.4. O sistema político em Portugal*
Unidades lectivas previstas: 55	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
<p>3.4.4. A democracia portuguesa no contexto internacional</p> <p>3.4.4.1. A democracia portuguesa e a União Europeia¹</p> <p>3.4.4.2. As relações internacionais da democracia portuguesa.</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer o estatuto das regiões autónomas. - Caracterizar o momento fundacional dos principais partidos políticos em Portugal. - Caracterizar a forma como evoluiu o voto nesses partidos ao longo dos anos de democracia. - Analisar a evolução do processo de integração de Portugal na União Europeia. - Comparar os períodos pré e pós adesão à Comunidade Económica Europeia. - Identificar as principais instituições e/ou organizações internacionais que Portugal integra. - Justificar a importância dessas instituições. 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho de grupo: resposta a ficha de leitura de excertos dos Capítulos 2 e 3 da obra <i>Sistema Político-Administrativo Português</i>, de Leite Pinto e Ferreira de Almeida. - Análise de partes dos Títulos VII e VIII da Constituição Portuguesa. Recurso: Constituição da República Portuguesa, de acordo com a revisão de 2004, anotada com as revisões anteriores. - Elaboração de pequenos trabalhos monográficos. - Organização de visita de estudo a um órgão de soberania local, regional ou nacional, para tomar contacto com a realidade do exercício do poder político. - Realização de entrevistas / inquéritos a representantes de partidos políticos. - Pesquisa sobre a evolução do voto em Portugal, no pós-25 de Abril de 1974: recurso a www.cne.pt – Comissão Nacional de Eleições – activo em 08/07/06.

* Conteúdo de aprofundamento.

¹ Caso seja feita a opção pelo Tema 4.1. da Unidade IV, este subtema deve ser estudado apenas numa perspectiva introdutória e de sensibilização.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Unidade Lectiva III: Questões Relativas à Organização do Estado	Tema 3.4. O sistema político em Portugal*
Unidades lectivas previstas: 55	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
			<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e análise do capítulo 8 da obra <i>Portugal Contemporâneo</i>, de António Costa Pinto. - Leitura de excertos do texto do Tratado de Adesão de Portugal à CEE: recurso a http://www.ciejd.pt/pls/wsd/wsdwhom0.inicio ou http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/treaties_accession.htm – activos em 08/07/06. - Leitura e análise de um jornal ou revista relativos ao período de adesão de Portugal à CEE; resposta a guião de análise elaborado para o efeito; comparação com a situação presente. Debate e sistematização das conclusões. - Consulta do sítio do Ministério dos Negócios Estrangeiros; recursos: http://www.min-estrageiros.pt/mne/, http://www.un.org/, http://www.cplp.org/, http://www.osce.org/, http://www.nato.int/docu/21-cent/21st_por.pdf, http://www.oecd.org/home/ – activos em 08/07/06.

* Conteúdo de aprofundamento.

IV – TEMAS/PROBLEMAS POLÍTICOS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A escolha da Unidade IV para concluir este Programa obedeceu à intenção de proporcionar aos alunos um conhecimento mais aprofundado dos problemas políticos que os Estados e os governos enfrentam actualmente, e que não são específicos deste ou daquele Estado.

Quanto à articulação da escolha do tema com o Projecto Educativo da escola, cumpre observar que este documento define a cultura e a identidade de cada escola, estabelece as opções oferecidas e caracteriza os seus recursos humanos e materiais. Por conseguinte, a escolha do tema a leccionar deverá tê-lo em consideração e deverá estar de acordo com os objectivos, estratégias de actuação, recursos e relações com o meio envolvente por ele definidos.

Por sua vez, o tratamento do tema da Unidade IV do Programa de Ciência Política deve ser muito cuidadoso, proporcionando aos alunos conhecimentos básicos sobre as problemáticas políticas supra-nacionais e globais, sem nunca deixar de ser pluralista e fazendo continuamente apelo ao enraizamento local de todas as opções políticas. Daí a importância de, à semelhança do resto deste Programa, o tratamento do tema escolhido dever exigir a «abertura» da sala de aula à comunidade escolar e ao meio envolvente.

Recomenda-se o recurso a materiais diversificados, nomeadamente, artigos de jornal, livros, filmes e documentários, textos descarregados da Internet e reportagens televisivas, de modo a proporcionar aos alunos uma panorâmica geral da situação mundial em que também participam. Recomenda-se ainda a visita aos sítios na Internet da União Europeia, das Nações Unidas, do Banco Mundial e do Conselho da Europa, e a análise dos documentos indicados para cada subtema. No plano das estratégias a utilizar, também se recomenda a articulação entre o estudo do tema escolhido e a Área de Projecto, podendo recorrer-se à metodologia de projecto.

Um dos objectivos gerais mais importantes do estudo desta unidade é que os alunos tomem consciência de que ninguém se pode alhear dos problemas com base no argumento da distância. Na sociedade contemporânea, a vida do homem não se esgota na esfera privada ou familiar, nem tão-pouco nas comunidades local e nacional. Cada vez mais se coloca a questão do exercício da cidadania a um nível mais alargado e se exige que cada indivíduo faça opções que põem em jogo valores morais, crenças religiosas, ideais culturais e princípios políticos que dizem respeito a toda a humanidade.

Tema 4.1. A União Europeia: um sistema político *sui generis*

- 4.1.1. O nascimento do projecto de integração europeia. Os tratados e a evolução da integração europeia: da CECA à União Europeia*
- 4.1.2. As instituições da União Europeia e o seu funcionamento*
- 4.1.3. A União Europeia e os cidadãos Europeus
 - 4.1.3.1. O défice democrático na Europa*
 - 4.1.3.2. As eleições para o Parlamento Europeu
 - 4.1.3.3. As atitudes dos cidadãos perante a União Europeia

Gestão da Carga Horária: 17 unidades lectivas

Gestão do Tema

Uma das maiores novidades na organização dos Estados europeus do pós-guerra foi a criação da Comunidade Económica Europeia. Este fenómeno tem tido um impacto muito grande em todos os Estados-membros a vários níveis. Nesta disciplina, o enfoque principal será na União Europeia enquanto sistema político *sui generis*. A União Europeia (ainda) não é um Estado, mas também não é uma mera organização internacional. É uma instituição absolutamente inovadora que combina elementos intergovernamentais (por exemplo, a nível da política externa), com elementos supranacionais, em que a União Europeia funciona *de facto* como um Estado que governa através das instituições nacionais. Isto ocorre em relação a certas políticas públicas, como as políticas agrícola, de pescas, concorrencial, comercial e monetária. Além disso, ao contrário do que sucede com outras instituições internacionais, a União Europeia tem uma relação directa com os cidadãos europeus, através das eleições para o Parlamento Europeu.

O objectivo é duplo: por um lado, compreender quais foram as origens do projecto de integração europeia, quais os objectivos desse projecto e qual tem sido a evolução da integração europeia; por outro, averiguar a forma como se perspectivam as relações entre cidadãos e a União Europeia, tanto no que concerne ao comportamento eleitoral como às opiniões dos cidadãos.

Este tema relativamente vasto deverá ser abordado em três vertentes: em primeiro lugar, os alunos deverão conhecer aspectos básicos da evolução do processo de integração europeia, através de uma análise dos seus momentos principais, nomeadamente, os sucessivos Tratados assinados pelos Estados-membros. De seguida, deverão analisar as funções das principais instituições comunitárias, em especial, o Parlamento Europeu, a

* Conteúdo de aprofundamento.

Comissão Europeia e o Conselho da União Europeia, descrevendo, de forma breve, a evolução das competências políticas de cada uma destas instituições.

Finalmente, deverá ser abordado o tema do relacionamento dos cidadãos com a União Europeia, tema cuja importância tem vindo a crescer. Isto deve-se essencialmente ao facto de, cada vez mais, as políticas públicas dos Estados-membros serem definidas e decididas em Bruxelas, nas instâncias comunitárias, e não nas capitais nacionais de cada Estado. Essa chamada europeização das políticas públicas levou ao reconhecimento de que seria necessário democratizar o processo de tomada de decisão no seio da União Europeia. Neste sentido, a tentativa de redução do défice democrático resultou particularmente na introdução da eleição directa dos deputados para o Parlamento Europeu (a partir de 1979) e no progressivo aumento de poder deste órgão em cada Tratado.

Nessa perspectiva, importa conhecer mais de perto a representação que existe no Parlamento Europeu, pelo que deverão ser apresentados os grupos parlamentares desta instituição e analisados os respectivos posicionamentos face à Europa. Importa também identificar os grupos a que pertencem os eurodeputados portugueses e investigar e debater os níveis de participação nessas eleições. Como se poderá verificar, existe uma abstenção sustentada e muito elevada neste tipo de eleições, se comparadas com as eleições legislativas internas de cada Estado-membro.

Outro instrumento bastante importante para avaliar a forma como os cidadãos europeus encaram hoje a União Europeia são os relatórios Eurobarómetro. A sua análise permitirá promover uma reflexão sobre as semelhanças e diferenças entre a opinião pública portuguesa e a de outros povos europeus e sobre o futuro do projecto europeu. Em cada um desses relatórios encontra-se um capítulo referente às aspirações dos europeus sobre o futuro da Europa, relativamente a questões como o alargamento a outros Estados-membros, o Tratado Constitucional Europeu e o grau de europeização desejável das políticas públicas.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i>	Tema 4.1. A União Europeia: um sistema político <i>sui generis</i>
Unidades lectivas previstas: 17	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
4.1.1. O nascimento do projecto de integração europeia. Os tratados e a evolução da integração europeia: da CECA à União Europeia. 4.1.2. As instituições da União Europeia e o seu funcionamento.*	Cidadania Europeia Comissão Europeia Conselho da União Europeia Parlamento Europeu Tratado europeu União Europeia	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as origens do projecto de integração europeia. - Explicar os objectivos do projecto europeu. - Explicar o impacto da criação e da existência da União Europeia. - Explicar que a União Europeia é um sistema político <i>sui generis</i>. - Analisar os momentos fundamentais da integração europeia. - Identificar os Tratados que estão na base desses momentos de evolução da integração europeia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Exposição, com base nos conhecimentos dos alunos. Fazer apelo aos conhecimentos adquiridos nas disciplinas de História e/ou Economia. Recurso: capítulo 11 da obra <i>Curso de Ciência Política</i>, de Gianfranco Pasquino; - Leitura e análise de excertos de uma das seguintes obras: <i>O Sistema Político da União Europeia</i>, de P. Sande, ou <i>Construir a Europa</i>, de Luís Lobo Fernandes e Isabel Camisão. - Leitura e análise de excertos do texto do Tratado de Adesão de Portugal à CEE: recurso a http://www.ciejd.pt/pls/wsd/wsdwpes9.resulta_do_pesquisar ou http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/treaties_accession.htm – activos em 08/07/06. - Consulta do sítio da União Europeia na Internet: recurso a http://europa.eu/index_pt.htm – activo em 04/07/06; - Consulta dos sítios do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e do Conselho
4.1.3. A União Europeia e os cidadãos Europeus. 4.1.3.1. O défice democrático na Europa.* 4.1.3.2. As eleições para o Parlamento Europeu. 4.1.3.3. As atitudes dos cidadãos perante a União Europeia.		<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os principais aspectos do Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Europeia. - Indicar a composição e os poderes do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e do Conselho de Ministros. - Explicar as funções dessas instituições. - Descrever sucintamente a evolução das competências políticas de cada uma dessas instituições. 	

* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i> Unidades lectivas previstas: 17	Tema 4.1. A União Europeia: um sistema político <i>sui generis</i>
---	---

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
		<ul style="list-style-type: none"> - Definir cidadania europeia. - Analisar as relações dos cidadãos europeus com a União Europeia. - Explicar em que consiste o défice democrático no funcionamento do sistema político da União Europeia. - Analisar as soluções que têm vindo a ser postas em prática para superar o problema do défice democrático. - Analisar os resultados e os níveis de participação dos eleitores nas últimas eleições para o Parlamento Europeu. - Debater a participação dos portugueses nas eleições para o Parlamento Europeu. - Conhecer o tipo de representação existente no Parlamento Europeu. - Identificar os grupos parlamentares que constituem actualmente o Parlamento Europeu. - Explicar o papel do eurodeputado. 	<p>Europeu, respectivamente, http://www.europarl.europa.eu/ne_ws/public/default_pt.htm, http://www.consilium.europa.eu/cms3_fo/showPage.ASP?lang=pt, http://ec.europa.eu/index_pt.htm – activos em 08/07/06.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise de excertos do documento “Como Funciona a União Europeia”: recurso a http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_glance/53/index_pt.htm – activo em 07/07/06. - Realização de trabalho em pequenos grupos: cada grupo assume a representação de uma das instituições europeias a estudar e faz uma apresentação à turma sobre os poderes e funções dessa instituição. - Leitura e análise dos pontos 2 e 9 do capítulo 11 da obra <i>Curso de Ciência Política</i>, de Gianfranco Pasquino. - Elaboração de textos argumentativos relativos às questões da cidadania europeia e do défice democrático. - Consulta de informações práticas para o cidadão europeu acerca de temas como, por exemplo, a mobilidade dos trabalhadores, intercâmbios e bolsas de estudo, viagens,

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i> Unidades lectivas previstas: 17	Tema 4.1. A União Europeia: um sistema político <i>sui generis</i>
---	---

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
		<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar o estado da opinião pública em relação aos temas europeus. - Inferir o tipo de relação entre os cidadãos europeus e a União Europeia. - Comparar a opinião pública portuguesa com a de outros povos europeus sobre a União Europeia. - Reflectir sobre o futuro do Projecto Europeu. 	<ul style="list-style-type: none"> - oportunidades de emprego; recurso a www.europa.eu/index_pt.htm – activo em 04/07/06. - Consulta relativa à evolução da participação eleitoral dos portugueses e dos restantes povos europeus nas eleições ao Parlamento Europeu; recurso a http://www.parleurop.pt/parleurop/Site/default.asp – activo em 04/07/06. - Pesquisa relativa à actual composição do Parlamento Europeu, para que os alunos se familiarizem com os grupos parlamentares que existem nessa instituição e com as respectivas posições ideológicas. Sob forma de trabalho de grupo, identificar as principais ideias defendidas nos Programas apresentados por cada grupo e tentar retirar algumas conclusões sobre o posicionamento desses grupos face à Europa. Recurso a http://www.parleurop.pt/parleurop/Site/default.asp – activo em 04/07/06. - Organizar uma sessão na escola sobre “O papel de um eurodeputado”. Para o efeito, os alunos poderão convidar um membro da Associação de ex-eurodeputados (com sede no Palácio de S. Bento, em Lisboa), para partilhar a sua experiência enquanto eurodeputado.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i> Unidades lectivas previstas: 17	Tema 4.1. A União Europeia: um sistema político <i>sui generis</i>
---	---

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
			<ul style="list-style-type: none"> - Recolha de informações em jornais e/ou revistas. - Consulta e análise de um relatório Eurobarómetro recente. O documento pode ser obtido através do seguinte endereço: http://ec.europa.eu/public_opinion/standard_en.htm – activo em 04/07/06. Deverá ser analisado o último Relatório Eurobarómetro português. Com base nesse relatório, deverá promover-se uma reflexão sobre as semelhanças e diferenças entre a opinião pública portuguesa e a opinião pública dominante no resto da União Europeia. - Elaboração de pequenos relatórios acerca do estado da opinião pública europeia em relação a temas europeus; debate das conclusões. - Leitura e análise do ponto 8, do capítulo 11, da obra <i>Curso de Ciência Política</i>, de Gianfranco Pasquino. Elaboração de textos argumentativos sobre o futuro do Projecto Europeu.

Tema 4.2. A Diversidade Cultural: o fim do Estado-nação homogéneo

4.2.1. As sociedades contemporâneas*

4.2.1.1. Sociedades pluralistas: minorias étnicas, minorias nacionais, outras minorias

4.2.1.2. Legislação europeia sobre minorias

4.2.1.3. Portugal: país de emigrantes e de imigrantes

4.2.1.4. Estudo de um caso

4.2.2. Os direitos diferenciados de grupo e os direitos humanos

4.2.3. O multiculturalismo e os limites da tolerância*

Gestão da Carga Horária: 17 unidades lectivas

Gestão do Tema

As sociedades contemporâneas são caracterizadas como sociedades que se confrontam cada vez mais com minorias que exigem o reconhecimento da sua identidade e a aceitação das suas diferenças culturais e têm vindo a estruturar-se como Estados multinacionais e poliétnicos. Pretende-se, portanto, que os alunos se consciencializem do carácter pluralista das sociedades contemporâneas e da diversidade de direitos de cidadania que, sob determinadas condições, os Estados reconhecem a todos os que habitam dentro das suas fronteiras. Tal pluralismo deve-se não só às minorias nacionais há muito estabelecidas, mas também às minorias originadas pela migração e a outras minorias não culturais. A seguir, caracterizam-se sumariamente esses grupos e passa-se ao estudo das formas como os diferentes países têm vindo a reagir politicamente perante as minorias nacionais.

Em relação a Portugal, os alunos deverão consciencializar-se de que o país deixou de ser apenas um país de emigrantes para passar a ser também um país de imigrantes. Por um lado, há que esclarecer a dimensão pluricontinental da comunidade lusófona; por outro lado, há que analisar alguns dos efeitos da imigração, assim como os problemas que os imigrantes enfrentam no dia-a-dia, por exemplo problemas que dizem respeito à legalização, à reunião de famílias, à educação dos filhos e ao acesso à protecção social. Este será o mote para um primeiro contacto com a actual Lei da Nacionalidade, que permitirá conhecer os critérios para a atribuição da nacionalidade portuguesa e introduzir a distinção entre o princípio que atribui a nacionalidade a uma pessoa de acordo com a dos seus pais (*jus sanguinis*) e o princípio que a atribui de acordo com o local onde nasceu (*jus soli*).

Analisado o caso português, retoma-se a seguir uma perspectiva mais abrangente e, a propósito da relação entre os Estados e as minorias nacionais, sugere-se o estudo mais

* Conteúdo de aprofundamento.

aprofundado de um caso, que poderá ser o da Catalunha ou o do País Basco, para que os alunos compreendam que a incapacidade das partes para resolverem de forma democrática e pacífica os conflitos derivados da existência de diferentes nações dentro do mesmo Estado gera ameaças secessionistas e alimenta a violência.

O estudo dos casos concretos atrás referidos levará os alunos a compreender que, em consequência da diversidade, alguns Estados democráticos do Ocidente têm vindo a adoptar políticas sensíveis ao factor cultural, de modo a que os indivíduos oriundos de grupos étnicos e nacionais minoritários se sintam mais confortáveis na sua nova sociedade e sintam que a sua especificidade nacional e / ou cultural é respeitada.

As políticas sensíveis ao factor cultural traduzem-se pelo reconhecimento de direitos diferenciados de grupo: direitos poliétnicos para os grupos étnicos, direitos de autogoverno para as minorias nacionais e direitos de representação especial para todos os grupos que possuem identidades específicas e que foram / são vítimas de alguma desvantagem sistémica. O principal objectivo do estudo destes direitos é que os alunos compreendam que tais políticas são um instrumento para a prevenção dos conflitos e para a resolução democrática dos mesmos. Poderá então problematizar-se a necessidade de direitos diferenciados de grupo face à existência de direitos humanos universais. A partir dessa problematização, explicar-se-á que a promoção da diversidade cultural se subordina aos critérios da liberdade entre os cidadãos dentro dos grupos e da igualdade entre grupos. Pretende-se assim demonstrar que a defesa de direitos diferenciados de grupo tem de ser compatível com os direitos humanos e com os direitos civis e políticos.

Esta abordagem permitirá também explicar o conceito de cidadania diferenciada, esclarecer a noção de multiculturalismo e introduzir o tema da tolerância, que poderá ser estudado a partir da questão “como devem as sociedades democráticas pluralistas lidar com as práticas anti-democráticas de alguns dos grupos que as constituem?” Em relação a este último aspecto, deverá ser problematizada a noção de tolerância e questionada a existência de limites para a tolerância nas sociedades democráticas e multiculturais.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i>	Tema 4.2. A Diversidade Cultural: o fim do Estado-nação homogéneo
Unidades lectivas previstas: 17	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
<p>4.2.1. As sociedades contemporâneas.*</p> <p>4.2.1.1. Sociedades pluralistas: minorias étnicas, minorias nacionais, outras minorias.</p> <p>4.2.1.2. Legislação europeia sobre minorias.</p> <p>4.2.1.3. Portugal: país de emigrantes e de imigrantes.</p> <p>4.2.1.4. Estudo de um caso.</p> <p>4.2.2. Os direitos diferenciados de grupo e os direitos humanos.</p> <p>4.2.3. O multiculturalismo e os limites da tolerância.</p>	<p>Cidadania diferenciada</p> <p>Direitos diferenciados de grupo: direitos de autogoverno, direitos poliétnicos e direitos de representação especial</p> <p>Imigração</p> <p>Minoria étnica</p> <p>Minorias nacionais</p> <p>Multiculturalismo</p> <p>Nação sem Estado</p> <p>Povos indígenas</p> <p>Tolerância</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar diferentes sociedades contemporâneas (por exemplo, as sociedades democráticas do Ocidente) como sociedades pluralistas. - Identificar os grupos minoritários mais comuns. - Explicar as diferentes expectativas que os diferentes grupos minoritários têm em relação à sociedade mais vasta. - Conhecer legislação europeia sobre minorias étnicas e nacionais. - Explicar resumidamente o papel desempenhado pelo Alto Comissariado da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa para as Minorias Nacionais. - Aplicar os conceitos relativos às minorias e aos seus direitos à situação portuguesa na actualidade. - Identificar os critérios para a atribuição da nacionalidade portuguesa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho de grupo: resposta a ficha de leitura sobre excertos do texto “Multination States and Polyethnic States”, capítulo 2, ponto 1 da obra <i>Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights</i>, de Will Kymlicka (existe tradução espanhola desta obra, assim como de outras obras do autor; vide <i>Bibliografia Fundamental</i>). - Exposição oral das conclusões. - Leitura e debate de partes da <i>Convenção Europeia sobre a Nacionalidade</i> (1997); recurso a http://www.gddc.pt/siii/docs/rar19-2000.pdf – activo em 14/07/06. - Leitura e análise dos artigos 21.º e 22.º da <i>Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia</i> e do artigo E (Parte V) da <i>Carta Social Europeia Revista</i>; documentos disponíveis nos seguintes sítios da Internet: http://www.acime.gov.pt/docs/Legislacao/LEuropeia/Carta_direitos_UE.pdf e http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais/dh/regional/rar64A_2001.html - activos em 14/07/06. - Recolha de informação sobre o Alto Comissariado para as Minorias Nacionais, da Organização para a Segurança e Cooperação; recurso a http://www.osce.org/hcnm – activo em 14/07/06.

* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i> Unidades lectivas previstas: 17	Tema 4.2. A Diversidade Cultural: o fim do Estado-nação homogéneo
---	--

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
		<ul style="list-style-type: none"> - Distinguir o princípio que atribui a nacionalidade a uma pessoa de acordo com a dos seus pais (<i>jus sanguinis</i>) do princípio que a atribui de acordo com o local onde nasceu (<i>jus soli</i>). - Analisar problemas relacionados com o fenómeno da imigração. - Analisar o caso de um Estado constituído por diferentes minorias nacionais. - Compreender que a demora em resolver conflitos com as minorias pode conduzir a ameaças secessionistas e/ou de recurso à violência. - Explicar os objectivos das políticas sensíveis ao factor cultural. - Caracterizar os diferentes tipos de direitos que, a par dos direitos humanos, são reconhecidos às minorias que habitam os Estados democráticos contemporâneos. - Definir cidadania diferenciada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de cartazes relativos às conclusões tiradas a partir das actividades anteriormente indicadas. - Consulta e análise da <i>Lei da Nacionalidade</i>: exposição, seguida de debate, sobre os critérios para aquisição da nacionalidade portuguesa; recurso a http://verbojuridico.com/, directório do sítio Verbo Jurídico, que pode ser acedido para descarregar a <i>Lei da Nacionalidade</i>, juntamente com as sucessivas alterações de que foi objecto – activo em 01/05/06. - Leitura e análise de excertos do documento <i>Contributos dos imigrantes para a Demografia Portuguesa – o papel das populações de nacionalidade estrangeira</i>, de Maria João Valente Rosa, Hugo de Seabra e Tiago Santos; recurso a http://www.portugal.gov.pt/portal/pt/governos/governos_constitucionais/gc15/ministerios/pcm/mp/comunicacao/publicacoes/20031001_mp_d oc_emigrantes_demografia.htm – activo em 28/02/06.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i>	Tema 4.2. A Diversidade Cultural: o fim do Estado-nação homogéneo
Unidades lectivas previstas: 17	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
		<ul style="list-style-type: none"> - Explicar que a promoção da diversidade cultural se subordina aos critérios da liberdade entre cidadãos dentro dos grupos e da igualdade entre grupos. - Problematicar a necessidade de políticas sensíveis ao factor cultural em países onde o respeito pelos direitos humanos já está garantido. - Definir multiculturalismo. - Explicar o conceito de tolerância. - Analisar os limites da tolerância. - Problematicar a existência de limites para a tolerância em sociedades democráticas e multiculturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Visionamento de filme / documentário, por exemplo, <i>Lisboetas</i>, de Sérgio Tréfaut, Atalanta Filmes, 2004; preenchimento de guião de análise elaborado para o efeito e debate das conclusões. - Consulta dos sítios da Generalitat da Catalunha e do Governo do País Basco; recurso a http://www.gencat.net/generalitat/cas/index.htm – Directório da Generalitat da Catalunha, onde é possível descarregar os documentos relativos ao estatuto autonómico desta província / nação e ao projecto de um novo estatuto; activo em 28/02/06; ou, em alternativa, recurso a http://www.nuevoestatutodeeuskadi.net/ - Directório da Proposta do Governo Basco para a Convivência em Euskadi, – onde é possível descarregar documentos relativos ao chamado “Novo Estatuto Político de Euskadi” – activo em 28/02/06. - Recolha de informações sobre o tema em estudo, em jornais e / ou revistas. - Elaboração de pequeno relatório da situação política actual de uma das minorias, a catalã ou a basca.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i>	Tema 4.2. A Diversidade Cultural: o fim do Estado-nação homogéneo
Unidades lectivas previstas: 17	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
			<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho de grupo: resposta a ficha de leitura de excertos do texto “Three Forms of Group-Differentiated Rights”, capítulo 2, ponto 2, da obra <i>Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights</i>, de Will Kymlicka. - Leitura e análise de um dos textos do Alto Comissariado para as Minorias Nacionais, disponíveis em http://www.acime.gov.pt; activo em 28/02/06. - Trabalho de grupo: resposta a ficha de leitura de excertos do texto “Individual Rights and Collective Rights”, Capítulo 3 da obra <i>Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights</i>, de Will Kymlicka. - Pesquisa de situações reveladoras de abusos cometidos em nome da defesa dos direitos diferenciados de grupo: análise de peças jornalísticas. - Divisão da turma em dois grupos, um favorável ao reconhecimento de direitos diferenciados de grupo, outro contra esse reconhecimento: debate e esquematização das conclusões.

Tema 4.3. Globalização e Governança Global

- 4.3.1. A globalização no pós-Guerra Fria*
- 4.3.2. Governança Global – Instituições e documentos para uma Governança global*
 - 4.3.2.1 As Nações Unidas e a sua reforma
 - 4.3.2.2. O Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio
- 4.3.3. Os principais mecanismos da Governança global
 - 4.3.3.1. O Tribunal Penal Internacional
 - 4.3.3.2. O Protocolo de Quioto
 - 4.3.3.3. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
- 4.3.4. Novos movimentos sociais transnacionais anti-globalização*

Gestão da Carga Horária: 17 unidades lectivas

Gestão do Tema

O conceito de globalização é o ponto de partida para uma caracterização das sociedades do pós-Guerra Fria. Pretende-se também, a partir desta caracterização, explicar a emergência da globalização e as diferentes dimensões deste fenómeno.

Tendo este cenário por pano de fundo, faz-se a apresentação de algumas instituições que desempenham actualmente um papel crucial na vida dos Estados e dos povos: a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Importa esclarecer os objectivos e o *modus operandi* dessas instituições. Pretende-se que os alunos compreendam a complexidade do fenómeno da globalização e as dificuldades que enfrentam as instituições de governança global.

Como a ONU é uma instituição central em todo este processo, é necessário que os alunos conheçam alguma da sua história, os seus objectivos e as suas principais actividades. Um outro aspecto relativo à ONU é o seu processo de reforma, com vista à sua adaptação às circunstâncias da globalização. As questões a analisar são as seguintes: a) a composição do Conselho de Segurança; b) a falta de transparência do funcionamento da ONU; c) a democraticidade e os poderes relativos dos órgãos que compõem a ONU.

O Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio são outras das organizações internacionais que desempenham papéis fundamentais no sistema de governança mundial; por conseguinte, os alunos devem conhecer resumidamente a história de cada uma destas instituições e analisar os respectivos objectivos e âmbitos de acção. Pretende-se, ainda, que os alunos saibam como opera a OMC e conheçam algumas das suas actividades.

Uma vez caracterizada a problemática da globalização e conhecidas as principais instituições responsáveis pela governança global, define-se este conceito e passa-se a analisar os mais importantes mecanismos de governança global. Os alunos tomarão

* Conteúdo de aprofundamento.

consciência de que o fim da Guerra Fria abriu muitas oportunidades para um multilateralismo abrangente, entendido como veículo para o aumento da segurança mundial. A partir de 1995, a ONU fez e incentivou algumas reformas que visavam a criação de mecanismos de governança global, seja na área da justiça internacional, através da fundação do Tribunal Penal Internacional, seja na área do ambiente, através do Protocolo de Quioto, seja na área do desenvolvimento sustentável, através da definição dos Objectivos do Milénio. Em primeiro lugar, estes mecanismos devem ser avaliados quanto aos seus objectivos e capacidade de coordenação internacional, assim como quanto à universalidade dos valores que os orientam. Em segundo lugar, os alunos deverão tentar situar Portugal no contexto destas instituições e políticas, investigando, designadamente, a forma como Portugal está a tentar ajudar a cumprir os Objectivos do Milénio.

Para concluir, é importante analisar algumas das posições críticas relativamente aos fenómenos da globalização e da governança global. Tendo em conta que grande parte do que hoje se entende por política extravasa as fronteiras territoriais do Estado-Nação, talvez não seja surpreendente que tal como os Estados se aliam em redes institucionais de governança global, também se tenham vindo a formar redes de cidadãos que defendem causas políticas globais. Os novos movimentos sociais e a forma como os cidadãos se posicionam face aos processos de globalização e de governança global constituem mais um dos aspectos centrais deste tema.

Ideologicamente, estes novos movimentos sociais são essencialmente movimentos de protesto contra o consenso generalizado que se formou entre os partidos tradicionais de apoio ao regime democrata-liberal criado no pós-guerra. A partir de finais da década de 1960, surgiram os primeiros movimentos apelidados de “novos movimentos sociais”, por exemplo, o movimento estudantil, o movimento feminista, o movimento ambientalista, os movimentos para a paz, e, mais recentemente, o movimento a favor de uma globalização alternativa. Estes movimentos têm como princípio unificador o facto de serem altamente críticos do modelo económico do Ocidente e contestarem toda a lógica de um sistema que se baseia no crescimento económico.

Por fim, importa ainda discutir algumas formas novas de fazer política. A título de exemplo, abordar o Fórum Social Mundial, rede de cidadãos fundada em Portalegre, no Brasil, que pretende opor-se a alguns dos efeitos alegadamente nocivos da globalização económica.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i>	Tema 4.3. Globalização e Governança Global
Unidades lectivas previstas: 17	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
4.3.1. A globalização no pós-Guerra Fria. 4.3.2. Governança Global – Instituições e documentos para uma Governança global. 4.3.2.1. As Nações Unidas e a sua reforma. 4.3.2.2. O Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.	Banco Mundial Fórum Social Mundial Globalização Governança global Organização Mundial do Comércio Protocolo de Quioto Tribunal Penal Internacional	<ul style="list-style-type: none"> - Definir globalização. - Caracterizar as sociedades contemporâneas, a partir do conceito de globalização. - Explicar a emergência e as diferentes dimensões da globalização. - Identificar algumas das organizações que actuam no plano mundial, nomeadamente, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). - Explicar a história, os objectivos e as principais actividades da ONU. - Analisar as preocupações que presidem ao processo de reforma da ONU que está em curso. - Problematicar o papel que tem vindo a ser desempenhado pela ONU e os seus poderes. - Conhecer resumidamente a história, os principais objectivos e as principais missões e actividades do BM e da OMC. 	<ul style="list-style-type: none"> - Exposição, com base nos conhecimentos e nas vivências dos alunos. - Trabalho, em pequenos grupos, sobre textos relativos à emergência da globalização. Debate e esquematização das conclusões. Recurso a excertos dos capítulos 1, 3, 4, 5 e 6 da obra <i>A Globalização: Compreender</i>, de Manfred B. Steger; em alternativa, pode recorrer-se a excertos dos capítulos 1, 2 e 3 da obra <i>Compreender a Globalização: o Lexus e a Oliveira</i>, de Thomas L. Friedman. Recurso ao sítio http://www.onuportugal.pt/, activo em 14/07/06 e que pode ser acedido para descarregar o documento “Globalização”. - Pesquisa nos sítios da Internet da ONU, do Banco Mundial (BM) e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Preenchimento de guião orientador da pesquisa; recurso a: a) http://www.onuportugal.pt/; b) http://www.un.org – Directório mundial da Organização das Nações Unidas, que pode ser acedido para descarregar documentos relativos à reforma da instituição. O acesso directo a informações relativas à Reforma das Nações Unidas pode fazer-se também através do endereço: http://www.un.org/reform/;

* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i>	Tema 4.3. Globalização e Governança Global
Unidades lectivas previstas: 17	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
<p>4.3.3. Os principais mecanismos da governança global.</p> <p>4.3.3.1. O Tribunal Penal Internacional.</p> <p>4.3.3.2. O Protocolo de Quioto.</p> <p>4.3.3.3. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Definir governança global. - Identificar os principais mecanismos da governança global. - Explicar o papel desempenhado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), pelo Protocolo de Quioto (PQ) e pelo Relatório do Milénio (RM), enquanto mecanismos de governança global. - Analisar o cumprimento dos objectivos, a capacidade de coordenação internacional e os valores que orientam mecanismos de governança global estudados. - Explicar a posição de Portugal relativamente aos mecanismos de governança global. - Analisar algumas posições críticas face aos processos de globalização e de governança global. - Caracterizar, em termos ideológicos, alguns dos novos movimentos sociais críticos do modelo económico do Ocidente. 	<p>c) http://www.worldbank.org – Directório do Banco Mundial; d) http://www.citizen.org/trade/portugues/omc/ – Directório da Organização Mundial do Comércio, em português; activos em 14/07/06.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho, em pequenos grupos, sobre textos retirados dos sítios da Internet, da ONU, do BM e da OMC. Apresentação de pequenos trabalhos sobre a composição, as funções e os poderes das instituições estudadas. - Exposição. Recurso a documento relativo à definição e caracterização do conceito de Governança, a descarregar do sítio http://pt.wikipedia.org/wiki/Governança, activo em 07/07/06; fazer apelo a conhecimentos adquiridos na disciplina de História. - Análise de notícias de jornais e/ou revistas sobre questões relacionadas com o trabalho desenvolvido pelo Tribunal Penal Internacional e sobre o grau de cumprimento do Protocolo de Quioto por diferentes países, nomeadamente Portugal. - Resposta a ficha de leitura sobre excertos do artigo “O Tribunal Penal Internacional num Contexto Internacional em Mudança”, de Bárbara Direito, <i>in Relações Internacionais</i>, 09/03/06, pp. 039-056. Debate das conclusões.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i>	Tema 4.3. Globalização e Governança Global
Unidades lectivas previstas: 17	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
4.3.4. Novos movimentos sociais transnacionais anti-globalização.*		<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer propostas para um modelo de desenvolvimento que não seja baseado exclusivamente no crescimento económico. - Conhecer formas alternativas de fazer política e de influenciar as políticas globais, como o Fórum Social Mundial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e análise dos artigos 1, 2 e 10 do Protocolo de Quioto; recurso a http://www.iambiente.pt/portal/page?_pageid=33.32142&_dad=gov_portal_ia&_schema=GOV_PORTAL_IA&id_doc=6235&id_menu=5597 – Instituto do Ambiente, ou http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LI_2217_7_1_0001.htm – activos em 22/07/06. - Consulta dos seguintes sítios: Wikipedia, www.pt.wikipedia.org/wiki/Protocolo_de_Quioto – activo em 21/06/06; Ministério dos Negócios Estrangeiros, www.mne.gov.pt – activo em 21/06/06; e Quercus, Associação ambientalista, http://quercus.sensocomum.pt/pages/ – activo em 21/06/06. Os alunos deverão fazer apresentações na aula sobre os objectivos do Protocolo de Quioto e sobre o desempenho de Portugal face a esses objectivos. - Análise do último Relatório do Milénio: confronto entre as respectivas conclusões e os objectivos que presidem às actividades do Tribunal Penal Internacional e que orientam o Protocolo de Quioto; recurso a http://www.ipad.mne.gov.pt/ – activo em 14/07/06, que pode ser acedido para descarregar o documento “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”.

* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i>	Tema 4.3. Globalização e Governança Global
Unidades lectivas previstas: 17	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
			<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de relatório das conclusões. - Resposta a fichas de leitura dos capítulos 7 e 8 da obra <i>A Globalização: Compreender</i>, de Manfred B. Steger. Apresentação das conclusões. - Trabalho de grupo sobre o documento “Declaração e Programa de Acção da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social”: recurso a www.onuportugal.pt; activo em 14/07/06. Debate e esquematização de conclusões. - Estudo de um caso: o Fórum Social Mundial; recurso a www.forumsocialmundial.org.br – Directório do Fórum Social Mundial – activo em 28/02/06. - Elaboração de panfletos, manifestos e petições, como se fossem destinados a apresentar reivindicações ou críticas junto de organismos internacionais com responsabilidades relativas às questões da globalização e da governança global.

Tema 4.4. Guerra e Terrorismo

- 4.4.1. Introdução. Políticas de prevenção
- 4.4.2. Concepções tradicionais sobre a guerra: realismo, consequentialismo, guerra justa e pacifismo*
- 4.4.3. A teoria da guerra justa: *Jus ad Bellum*: os critérios da justiça da guerra. *Jus in Bello*: a justiça na guerra. *Jus post Bellum*: a justiça no pós-guerra*
- 4.4.4. Os problemas do pós-guerra: refugiados e deslocados. Reconstrução
- 4.4.5. O terrorismo em contexto democrático*

Gestão da Carga Horária: 17 unidades lectivas

Gestão do Tema

A introdução ao tema consiste em demonstrar que os conflitos são constitutivos das sociedades humanas, que nem sempre são violentos e que são uma forma de expressarmos a diversidade e de provocarmos mudanças. Mas quando os grupos em confronto se tornam violentos e se inicia uma guerra ou um conflito armado, há que ter em conta que a guerra e todos os tipos de conflito armado destroem vidas, desorganizam as sociedades, impedem o desenvolvimento e o crescimento económico.

Pretende-se que os alunos se consciencializem de que as estratégias de prevenção que atacam as causas das guerras e dos conflitos armados são a melhor forma de lidar com eles. A prevenção e a eliminação das ameaças à paz e à segurança internacionais são uma das prioridades das Nações Unidas e competem a organismos como a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Secretário-Geral, o Tribunal Internacional de Justiça e o Conselho Económico e Social. Mas há ainda outros instrumentos de prevenção a conhecer pelos alunos: a diplomacia preventiva, a colocação preventiva de forças no terreno, o desarmamento preventivo, as acções de consolidação preventiva da paz, a ajuda humanitária e o apoio ao desenvolvimento e a aplicação de sanções.

Seguidamente, introduzem-se as concepções tradicionais mais relevantes acerca da guerra: perspectivas realista, consequentialista, pacifista e da guerra justa. Cada uma das concepções tradicionais deverá ser analisada com alguma profundidade, destacando-se em especial a perspectiva realista e a perspectiva da guerra justa. A justificação da opção pela teoria da guerra justa conduzirá à distinção entre as teorias do *jus ad bellum* (justiça da guerra), do *jus in bello* (justiça na guerra) e do *jus post bellum* (justiça depois da guerra).

* Conteúdo de aprofundamento.
Ciência Política

Ao tratar a teoria do *jus ad bellum*, pretende-se analisar as condições e o tempo em que é justo fazer a guerra. Evitando uma abordagem estritamente histórica, deve tratar-se essencialmente o problema da justiça da guerra, o que implica a análise dos critérios da causa justa, da boa intenção, da autoridade competente, do último recurso, da probabilidade de sucesso e da proporcionalidade, a fim de avaliar em termos morais. Deverá problematizar-se o conceito de intervenção, articulando-o com a noção de soberania e com o princípio da não-interferência e identificar-se os meios que a comunidade internacional disponibilizou para tentar evitar essa guerra.

Por sua vez, a teoria do *jus in bello* diz respeito à identificação das acções que são justas na guerra, fazendo-se uma análise da guerra a partir do ponto de vista dos meios empregues pelas forças em confronto, independentemente das condições e do momento em que a guerra foi feita. Os critérios a estudar são: o princípio da discriminação dos alvos legítimos do ataque, o da justa proporcionalidade e o da igualdade moral dos combatentes.

A teoria da justiça depois da guerra – *jus post bellum* – é aquela que se debruça sobre as condições para um pós-guerra justo. Trata-se de: a) avaliar o pós-guerra segundo os critérios da justa causa para terminar a guerra, da boa intenção, da declaração pública do fim da guerra, da autoridade legítima, da discriminação e da proporcionalidade; b) problematizar os resultados da guerra – terão sido atingidos os objectivos iniciais? Era mais justa a situação anterior à guerra ou é mais justa a situação após a guerra? c) aferir a eficácia das acções de manutenção e consolidação da paz, dinamizadas pelos diferentes organismos internacionais envolvidos.

Um dos problemas mais difíceis de resolver depois da eclosão de uma guerra – e depois do seu fim – é o dos refugiados e deslocados. Para o abordar, importa distinguir o conceito de refugiado dos conceitos de retornado, de deslocado internamente e de asilado. Pretende-se que os alunos conheçam esta problemática, que se familiarizem com os mecanismos e organismos internacionais que procuram dar-lhe resposta, nomeadamente o ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – e a Convenção de Genebra, e que gerem situações como as dos campos de refugiados, de ajuda humanitária e sanitária aos refugiados e de retorno dos refugiados ao seu país / região.

Outro dos problemas a enfrentar no pós-guerra é o da reconstrução, visto que a passagem de uma economia de guerra para uma economia de paz e a reconstrução do tecido económico e social dos países devastados pela guerra exigem consideráveis esforços, a comunidade internacional pode ser chamada a intervir, sendo de destacar o papel que tem vindo a ser desempenhado pelo Banco de Reconstrução e Desenvolvimento.

O terrorismo deve ser estudado numa rubrica à parte. O objectivo será demonstrar que o terrorismo ultrapassa os limites impostos pela teoria do *jus in bello*, nomeadamente o princípio da discriminação, partindo das seguintes questões fundamentais: será legítimo que



um grupo étnico, cultural, religioso, ou político recorra à violência para fazer valer as suas ideias numa sociedade democrática? Esses grupos têm direito de difundir as suas ideias? Será legítimo que um Estado democrático imponha limites à acção dos grupos não democráticos? Quais são os meios legítimos de que um Estado democrático dispõe para impor a lei e a ordem dentro do seu território?

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i>	Tema 4.4. Guerra e Terrorismo
Unidades lectivas previstas: 17	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
4.4.1. Introdução. Políticas de prevenção. 4.4.2. Concepções tradicionais sobre a guerra: realismo, consequencialismo, guerra justa e pacifismo.* 4.4.3. A teoria da guerra justa: <i>jus ad bellum</i> – os critérios da justiça da guerra; <i>jus in bello</i> – a justiça na guerra; <i>jus post bellum</i> – a justiça no pós-guerra. 4.4.4. Os problemas do pós-guerra: refugiados e deslocados. Reconstrução. 4.4.5. O terrorismo em contexto democrático.*	Asilado Consequencialismo Deslocado Guerra justa Intervenção <i>jus ad bellum</i> <i>jus in bello</i> <i>jus post bellum</i> Pacifismo Prevenção	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender que a prevenção é a melhor forma de lidar com a guerra. - Explicitar as funções da ONU relativamente à guerra, à prevenção de conflitos e à luta pela paz e segurança internacional. - Analisar diferentes instrumentos de prevenção de conflitos. - Analisar resumidamente as concepções tradicionais acerca da guerra. - Justificar a opção pela teoria da guerra justa. - Caracterizar brevemente a teoria do <i>jus ad bellum</i>. - Definir intervenção, relacionando-a com o conceito de soberania e com o princípio da não-interferência. - Caracterizar brevemente a teoria do <i>jus in bello</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e análise dos capítulos I, IV (especialmente o artigo 11.º), V (especialmente os artigos 23.º e 24.º), VI, VII (especialmente os artigos 39.º e 40.º) da “Carta das Nações Unidas”. Recurso a: http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm – activo em 04/07/06. - Análise de excertos dos textos “Prevenção de Conflitos” e “Manutenção da Paz”, que podem ser obtidos através do endereço http://www.onuportugal.pt/ – activo em 14/07/06. - Pesquisa de missões recentemente desempenhadas pelos “Capacetes Azuis”: recurso a peças jornalísticas ou à Internet. - Trabalho em pequenos grupos: sistematização das conclusões. - Divisão da turma em grupos, atribuindo a cada um deles a tarefa de analisar uma das concepções tradicionais acerca da guerra e elaborar uma síntese a apresentar a toda a turma: o recurso à obra <i>Guerras Justas e Injustas</i>, de Michael Walzer; para a teoria realista, <i>vide</i> capítulo 1; para a teoria consequencialista <i>vide</i> os subcapítulos “Guerra

* Conteúdo de aprofundamento.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i>	Tema 4.4. Guerra e Terrorismo
Unidades lectivas previstas: 17	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
	Princípio da discriminação Princípio da justa proporcionalidade Princípio da não-interferência Realismo Refugiado Retornado Terrorismo	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar brevemente a teoria do <i>jus post bellum</i>. - Avaliar moralmente uma situação de guerra a partir do estudo de um caso/de um exemplo estudado à luz das teorias abordadas. - Identificar alguns dos problemas que surgem após a eclosão de uma guerra. - Definir o conceito de refugiado, distinguindo-o de conceitos afins. - Conhecer mecanismos e organismos internacionais que procuram solucionar problemas como o dos refugiados e o da reconstrução no pós-guerra. - Relacionar o terrorismo com a teoria do <i>jus in bello</i>. - Problematizar a legitimidade do terrorismo em contexto democrático. 	Preventiva e Equilíbrio de Poderes”, “Utilidade e Proporcionalidade” e “Os Limites do Cálculo”; para a teoria da guerra justa, <i>vide</i> capítulo 2; para a teoria pacifista, <i>vide</i> o “Posfácio”. O capítulo 1 do livro <i>A Guerra em Debate</i> , também de Michael Walzer, pode igualmente ser utilizado como recurso. - Realização de debates: cada grupo assume a responsabilidade pela defesa da teoria que estudou. Os debates podem alargar-se a outras turmas e/ou à comunidade educativa. - Resposta a ficha de leitura: recurso a excertos de textos retirados da obra <i>A Guerra em Debate</i> , de Michael Walzer, em particular dos capítulos 6 e 11. Estudo de um caso: trabalho de grupo sobre uma guerra recente (por exemplo, a guerra do Iraque, a guerra do Golfo ou a guerra da ex-Jugoslávia). A interpretação e a avaliação moral da guerra escolhida serão feitas à luz das teorias do <i>jus ad bellum</i> , do <i>jus in bello</i> e do <i>jus post bellum</i> . Recorrer a materiais para o estudo dos subtemas e, ainda eventualmente, a materiais de natureza audiovisual (reportagens, fotografias, filmes, etc.) e a relatos de testemunhas. Fazer apelo aos conhecimentos adquiridos na disciplina de História.

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i>	Tema 4.4. Guerra e Terrorismo
Unidades lectivas previstas: 17	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
			<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e discussão de excertos do documento “Convenção IV, Convenção de Genebra Relativa à Protecção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra”; disponível em http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tiduniversais/dih-conv-IV-12-08-1949.html – activo em 02/01/06. - Consulta do sítio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados: identificação das áreas do mundo onde opera, da sua missão, das operações que realiza, dos direitos dos refugiados e do número de pessoas que se encontram sob o seu mandato; recurso a http://www.cidadevirtual.pt/acnur/index.html – activo em 14/07/06. - Pesquisa sobre o Banco de Reconstrução e Desenvolvimento: identificação dos seus objectivos; recurso a http://www.onuportugal.pt/bancomundial.doc –

ESQUEMATIZAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Unidade Lectiva IV: <i>Temas / Problemas Políticos do Mundo Contemporâneo</i>	Tema 4.4. Guerra e Terrorismo
Unidades lectivas previstas: 17	

CONTEÚDOS	CONCEITOS, TERMOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SUGESTÕES METODOLÓGICAS E RECURSOS ESPECÍFICOS
			<p>activo em 28/12/05. Elaboração de cartazes ou de panfletos relativos aos direitos dos refugiados, à ajuda sanitária, humanitária, para retorno aos seus países e para reconstrução.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura e análise de excerto(s) do capítulo 12 do livro <i>Guerras Justas e Injustas</i>, de Michael Walzer. - Pesquisa e análise de peças jornalísticas sobre a <i>Al Qaeda</i>. - Sistematização das conclusões. - Elaboração de um discurso político relativo ao problema da legitimidade do recurso ao terrorismo em contexto democrático.

IV – Bibliografia

Unidade I

Dado o carácter de iniciação desta disciplina e o carácter introdutório desta Unidade, bem como as preocupações de ordem motivacional que devem presidir à sua leccionação, decidiu-se não indicar qualquer obra de referência. Ainda assim, pode-se recorrer à consulta de textos de introdução à Ciência Política, nomeadamente em:

Pasquino, G. (2002). Natureza e Evolução da Ciência Política. In *Curso de Ciência Política* (pp. 11-48). Cascais: Principia.

SÍTIO DE REFERÊNCIA NA INTERNET

<http://www.apcp.pt> – **Directório da Associação Portuguesa de Ciência Política**

Dispõe de informação sobre as actividades que vão sendo realizadas nesta área, no país e no estrangeiro e sobre licenciaturas, mestrados e doutoramentos disponíveis – activo em 16/01/06.

SÍTIOS DE CONSULTA COMPLEMENTAR

<http://www.ipsa.ca> – **Directório da International Political Science Association**

Informação relativa aos diversos ramos da Ciência Política e a actividades de pesquisa e divulgação no âmbito da disciplina – activo em 16/01/06.

www.essex.ac.uk/ecpr – **Directório do European Consortium of Political Research**

Activo em 16/01/06.

Unidade II

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

AAVV. (1989). *Enciclopédia Einaudi* (Vol. 14). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Ter em atenção as entradas assinadas por Norberto Bobbio, com especial relevância para a que aborda o “Estado”.

AAVV. (1983-1987). *Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado* (5 vols.). Lisboa: Verbo.

Ver, em especial, entradas sobre “direita”, “esquerda”, “liberalismo”, “socialismo”.

Barbalet, J. M. (1989). *A Cidadania*. Lisboa: Estampa.

Dilucidação do conceito de cidadania, com especial relevância para a teoria de Marshall acerca do desenvolvimento daquela num sentido civil, político e social.

Crick, B. (1988). *O Socialismo*. Lisboa: Estampa.

Esquematização dos diferentes tipos de socialismo, marxista e não marxista, seguida de uma exposição dos valores do socialismo democrático.

Cruz, M. B. (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença.

Um dos capítulos debruça-se sobre a temática ideológica do salazarismo.

Freitas do Amaral, D. (1999). *História das Ideias Políticas* (Vol. II). Lisboa: autor.

Este volume providencia um conjunto de apontamentos sobre o Estado constitucional e as ideologias políticas.

Gray, J. (1988). *O Liberalismo*. Lisboa: Estampa.

A história e a filosofia do liberalismo resumidas.

Lukes, S. (2003). Epilogue: the grand dichotomy of the twentieth century. In Ball, T. *et al.* (Eds.), *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought* (pp. 602-26). Cambridge: Cambridge University Press.

Explicação erudita e substantiva da origem e do sentido da distinção entre direita e esquerda.

Miranda, J. (1990). *Textos Históricos do Direito Constitucional*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Inclui as principais Declarações de Direitos e as partes mais relevantes da Constituição Portuguesa de 1822.

Nisbet, R. (1987). *O Conservadorismo*. Lisboa: Estampa.

Revela as fontes do conservadorismo e expõe os seus temas recorrentes.

Nozick, R. (1974). *Anarchy, State and Utopia*. S.I.: Basic Books. [trad. espanhola (1988). *Anarquía, Estado y Utopía*. México: Fondo de Cultura Económica; trad. Brasileira (1991). *Anarquía, Estado e Utopía*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.]

Defesa contemporânea da teoria libertarista acerca da origem e das funções do Estado.

Rawls, J. (1994). *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa: Presença.

Articulação elaborada e influente da visão da justiça social enquanto igualdade democrática. A complexidade da leitura é compensada pela riqueza do conteúdo.

Renaut, A. (Ed.) (2002). *História da Filosofia Política* (Vol. 5). Lisboa: Edições Piaget.

Este volume aborda o pensamento político depois de 1945 e até aos nossos dias, incluindo pensadores como Rawls e Nozick.

Touchard, J. (Ed.) (1991). *História das Ideias Políticas* (Vols. III e IV). Mem Martins: Publicações Europa-América.

Obra de referência, embora já com alguns anos. Inclui boas indicações sobre as revoluções Americana e Francesa, os principais pensadores e ideologias.

SÍTIOS DE REFERÊNCIA NA INTERNET

<http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm> – **Alto Comissário para os Direitos Humanos**

Pode ser acedido para descarregar a versão portuguesa da “Declaração Universal dos Direitos Humanos” – activo em 03/07/06.

<http://www.amnistia-internacional.pt/index.php> – **Amnistia Internacional**

Permite obter informações acerca de campanhas em curso e estabelecer contactos com especialistas em Direitos Humanos – activo em 05/07/06.

http://directory.google.com/Top/Science/Social_Sciences/Political_Science/Political_Philosophy/Political_Philosophers/ – **Directório de pensadores políticos do Google**

Activo em 12/01/06.

<http://wikipedia.org> – **Enciclopédia Wikipedia**

Enciclopédia de acesso livre. Pode ser interessante mas deve ser usada com cuidado e comparada com outras fontes – activo em 16/01/06.

<http://www.policylibrary.com/rawls/index.htm> – **Policy Library**

Informação variada sobre J. Rawls – activo em 12/01/06.

<http://www.policylibrary.com/nozick/index.htm> – **Policy Library**

Informação variada sobre R. Nozick – activo em 12/01/06.

<http://www.politicalcompass.org> – **Política Compass**

Teste do posicionamento político dos indivíduos – activo em 16/01/06.

<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/> – **Sítio designado “Portal da História”**

Dedicado ao tema “Portugal Liberal”, de onde podem ser descarregados documentos sobre o liberalismo português, assim como as Constituições de 1822, 1838, 1911 e a Carta Constitucional de 1826 – activo em 09/07/06.

<http://classics.mit.edu/index.html> – **The Internet Classics Archive**

Textos clássicos em versão integral, proporcionados pelo MIT (EUA) – activo em 12/01/06.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Arblaster, A. (1988). *A Democracia*. Lisboa: Estampa.

Bernstein, E. (1976). *Os pressupostos do socialismo e as tarefas da Social-Democracia*. Lisboa: Dom Quixote.

Bessa, A. M. & Pinto, J. N. (1999-2002). *Introdução à Política* (3 vols.). Lisboa: Verbo.

Bobbio, N. (1988). *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Bobbio, N. (1992). *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus.

Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, G. (1986). *Dicionário de Política* (2 vols.). Brasília: Editora Universidade Brasília.

Burke, E. (1993). *Reflections on the Revolution in France*. Oxford: Oxford University Press.

Caillé, A. et al. (Eds.) (2005). *História Crítica da Filosofia Moral e Política*. Lisboa: Verbo.

Cardia, S. (1982). *Socialismo sem dogma*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Chabot, J.-L. (1988). *Histoire de la Pensée Politique (XIXe-XXe siècle)*. Paris: Masson.

Châtelet, F. & Pisier-Kouchner, E. (1983). *Les Conceptions Politiques du XXe Siècle*. Paris: P.U.F.

Châtelet, F. et al. (1993). *Histoire des Idées Politiques*. Paris: P.U.F.

Châtelet, F. et al. (Eds.) (1995). *Dictionnaire des Oeuvres Politiques*. Paris: P.U.F.

Chevallier, J.-J. & Guchet, Y. (2004). *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel à Actualidade*. Lisboa: Publicações Europa-América.

- Cruz, M. B. (1980). *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Presença.
- Espada, J. C. & Rosas, J. C. (Eds.) (2004). *Pensamento Político Contemporâneo: Uma Introdução*. Lisboa: Bertrand.
- Gauchet, M. (1997). La droite et la gauche. In P. Nora, (Ed.), *Les Lieux de Mémoire*, Vol. II (pp. 2533-601). Paris: Gallimard.
- Halévy, E. (1975). *História do Socialismo Europeu*. Lisboa: Bertrand.
- Hampshire-Monk, I. (1993). *A History of Modern Political Thought: major political thinkers from Hobbes to Marx*. Oxford: Blackwell.
- Hayek, F. (1979). *The Road to Serfdom*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Held, D. (Ed.) (1991). *Political Theory Today*. Cambridge: Polity Press.
- Hirschman, A. O. (1991). *O Pensamento Conservador*. Algés: Difel.
- Kukathas, Ch. & Pettit, Ph. (1995). *Rawls: Uma Teoria da Justiça» e os seus Críticos*. Lisboa: Gradiva.
- Marshall, T. H. (1973). *Class, Citizenship and Social Development*. Westport: Greenwood Press.
- Marx, K. & Engels, F. (1975). *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Avante.
- Mclellan, D. (1987). *A Ideologia*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Medina, J. (2000). *Salazar, Hitler e Franco – Estudos sobre Salazar e a Ditadura*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Merquior, J. G. (1991). *O Liberalismo – Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Mill, J. S. (1997). *Sobre a Liberdade*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Millon-Delsol, Ch. (1991). *Les Idées Politiques au XX Siècle*. Paris: PUF.
- Morange, J. (1988). *La Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen (26 août 1789)*. Paris: P.U.F.
- Moreira, A. (2003). *Ciência Política (7ª reimp.)*. Coimbra: Almedina.
- Nemo, Ph. (2002). *Histoire des Idées Politiques aux Temps Modernes et Contemporains*. Paris: P.U.F.
- Ory, P. (Ed.) (1989). *Nouvelle Histoire des Idées Politiques*. Paris: Hachette.
- Paine, Th. (1998). *Direitos do Homem*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Prélot, M. & Lescuyer, G. (2000). *História das Ideias Políticas (2 vols.)*. Lisboa: Presença.
- Rocha, A. S. E. (1992). Socialismo. *Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, t. 4, cols. 1199-1208. Lisboa: Verbo.
- Rogero, N. (Ed.) (1993). *Constituição dos EUA*. Lisboa: Gradiva.

- Rosas, F., & Brito, J. M. B. (Ed.) (1996). *Dicionário de História do Estado Novo* (2 vols.). Lisboa: Bertrand.
- Rubio Carracedo, J. (1990). *Paradigmas de la Política: del Estado justo al Estado legítimo*. Barcelona: Anthropos.
- Sabine, G. H. & Thorston, T. S. (1973). *A History of Political Theory*. Fort Worth: Holt, Rinehart & Winston.
- Smith, A. (1999). *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Soromenho-Marques, V. (1991). *Direitos Humanos e Revolução*. Lisboa: Colibri.
- Soromenho-Marques, V. (1996). *A Era da Cidadania*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Soromenho-Marques, V. (2002). *A Revolução Federal*. Lisboa: Colibri.
- Strauss, L. & Cropsey, J. (Eds.) (1987). *History of Political Philosophy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Vallespin, F. (Ed.) (1990-1995). *Historia de la Teoría Política* (6 vols.). Madrid: Alianza.
- Zippelius, R. (1997). *Teoria Geral do Estado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SÍTIOS DE CONSULTA COMPLEMENTAR

<http://www.library.vanderbilt.edu/romans/polsci/polthought.html> – **Central Library**

Guia de recursos web da Universidade Vanderbilt (EUA) – activo em 12/01/06.

<http://www.ifl.pt/dfmp.htm> – **Dicionário de Filosofia Moral e Política**

Um dicionário de termos morais e políticos ainda em construção. Sítio da responsabilidade do Instituto de Filosofia da Universidade Nova de Lisboa – activo em 05/05/06.

<http://www.keele.ac.uk/depts/por/ptbase.htm> – **The Keele Guide to Political Thought and Ideology on the Internet**

Guia de recursos web da Universidade de Keele (Reino Unido) – activo em 12/01/06.

Unidade III

Alguma **literatura relevante** sobre Regimes Totalitários e/ou Autoritários, que poderá funcionar como apoio às aulas relativas à subunidade 3.2. *Sistemas de Governo na actualidade*:

Camus, A. (1981). *A Peste*. Lisboa: Livros do Brasil.

Koestler, A. (1979). *O zero e o infinito*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Kundera, M. (1999). *A brincadeira*. Lisboa: Dom Quixote.

Levi, P. (1988). *Se isto é um homem*. Lisboa: Teorema.

Orwell, G. (1999). *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*. Edições Antígona: Lisboa.

Soljenitsine, A. (1977). *Arquipélago de Gulag*. Lisboa: Bertrand.

Tabucchi, A. (1994). *Afirma Pereira: um testemunho*. Lisboa: Quetzal

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

Arendt, H. (1951). *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt Barce & Company.

Este é um dos textos fundamentais sobre o totalitarismo, traduzido para português.

Brandão de Brito, J. M. (2001). *O País em Revolução*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Obra que reúne vários autores que caracterizam a Revolução Portuguesa.

Canotilho, J. G. & Moreira, V. (1991). *Fundamentos da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora.

Dois constitucionalistas portugueses abordam a Constituição portuguesa e reflectem sobre o significado e as consequências das características da mesma para a nossa democracia.

Coelho, M. B. (1989). *Portugal: o sistema político e constitucional*. Lisboa: ICS.

Um balanço sobre a evolução das componentes do sistema político português.

Constituição da República Portuguesa – As seis versões após 25 de Abril, 1976, 1982, 1989, 1992, 1997, 2001. (2003). Porto: Porto Editora.

Constituição da República Portuguesa – de acordo com a revisão de 2005, anotada com as revisões anteriores (14^a ed.). (2005). Lisboa: Quid Juris.

Constituição da República Portuguesa: versão de 2004 anotada para não-juristas, por Luís Nandim de Carvalho, nota de abertura de João Mota Amaral. (2004). Lisboa: Hugin.4

Cruz, M. B. (1991). *Instituições Políticas e Processos Sociais*. Lisboa: Bertrand.

Obra que caracteriza o sistema político do nosso país.

Cruz, M. B. (1998). *Sistemas Eleitorais: o Debate Científico*. Lisboa: ICS.

Obra que traduz para o português as principais obras de cariz científico sobre os vários tipos de sistemas eleitorais.

Dahl, R. (1999). *La poliarquía: participación y oposición*. Madrid: Tecnos.

A noção de poliarquia, fundacional para o conceito de democratização, é aqui apresentada e desenvolvida.

Dahl, R. (2000). *Democracia*. Lisboa: Temas e Debates.

Obra sobre o tema do significado da democracia e da democratização.

Della Porta, D. (2002). *Introdução à Ciência Política*. Lisboa: Estampa.

Um manual breve que apresenta questões importantes sobre tipos de regime, participação política e instituições.

Dinan, D. (1997). *Ever closer Union?*. London: Macmillan.

Um manual que conjuga história e política da integração europeia.

- Duverger, M. (1979). *Xeque-mate: análise comparativa dos sistemas políticos semipresidenciais*. Lisboa: Rolim.
O livro em que Maurice Duverger expõe a sua caracterização do então novo tipo de regime, o semipresidencialismo.
- Duverger, M. (1985). *Os grandes sistemas políticos: instituições políticas e direito constitucional 1*. Coimbra: Almedina.
Viagem pelos principais sistemas políticos.
- Freire, A. & Lopes, F. (2002). *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*. Oeiras: Celta.
Dois autores que analisam estes temas de uma perspectiva teórica e empírica. Abordam também o caso português no livro.
- Freire, A. & Pinto, A. C. (2005). *O Poder dos Presidentes – A República Portuguesa em Debate*. Lisboa: Campo da Comunicação.
Livro que combina história e ciência política para fazer um ponto da situação sobre o poder do Presidente da República em Portugal hoje.
- Held, D. (1996). *Models of democracy*. Cambridge & Oxford: Polity Press. [trad. espanhola (1993). *Modelos de Democracia*. Madrid: Alianza Editorial.]
Os modelos de democracia, desde a democracia grega aos nossos dias.
- Leite Pinto, R. & Almeida, J. F. (2001). *O sistema político-administrativo português*. Oeiras: INA.
Descrição do sistema político-administrativo português.
- Leston-Bandeira, C. (2002). *Da Legislação à Legitimação: o Papel do Parlamento Português*. Lisboa: ICS.
Estudo sobre o funcionamento do parlamento português em democracia.
- Lijphart, A. (1992). *Parliamentarism vs. Presidentialism*. Oxford: OUP.
Neste livro reúnem-se os principais textos a favor e contra o parlamentarismo e o presidencialismo.
- Lijphart, A. (1999). *Patterns of Democracy*. Yale: YUP.
Uma sistematização do nosso conhecimento sobre instituições e sistemas políticos.
- Maxwell, K. (1999). *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
Contributo de um estudioso do nosso país, sobre a Revolução portuguesa.
- Miranda, J. (1996). *Ciência Política – Formas de Governo*. Rio de Mouro: Pedro Ferreira.
Uma perspectiva normativa sobre as formas de governo.
- Pasquino, G. (2002). *Curso de Ciência Política*. Oeiras: Principia.
Manual recentemente traduzido para português. Inclui capítulos que abordam grande parte dos temas que se estudam na Unidade III.
- Pasquino, G. (2005). *Sistemas Políticos Comparados*. Cascais: Principia.
Neste segundo livro o autor discute a variedade de sistemas políticos comparados dando realce à evolução política de alguns países, nomeadamente Portugal.
- Pinto, A. C. (2004). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: D. Quixote.
Um conjunto de politólogos, sociólogos, economistas e historiadores faz um balanço do Portugal democrático.

Pinto, A. C. & Teixeira, N. S. (Eds.) (2005). *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*. Lisboa: ICS.

Os coordenadores do livro convidaram especialistas de vários países para abordarem de forma comparada o processo de integração europeia no Sul da Europa, nomeadamente em Portugal, Espanha, Grécia e Itália.

Reis, A. (1990). *Portugal Contemporâneo* (6 vols.). Lisboa: Alfa.

Obra panorâmica sobre o Portugal contemporâneo.

Rosas, F. (Ed.) (1998). *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Colibri.

Livro que reúne um conjunto de especialistas que se debruçam sobre o tema da transição. Resultou de uma conferência organizada na Universidade Nova de Lisboa sob o mesmo tema.

Sande, P. (2000). *O Sistema Político da União Europeia*. Oeiras: Principia.

Uma análise do sistema político da União Europeia.

Stock, M. J. *et al.* (2005). *Velhos e Novos Actores Sociais. Partidos Políticos e Movimentos Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.

Um estudo sobre a evolução das formas de representação e participação política.

Vallès, J. M. (2000). *Ciencia Política: Una introducción*. Barcelona: Ariel.

Um manual sobre os componentes dos sistemas políticos contemporâneos.

SÍTIOS DE REFERÊNCIA NA INTERNET

<http://www.abrupto.blogspot.com/> – **blog Abrupto**

Activo em 08/07/06.

<http://bloguitica.blogspot.com> – **blog Bloguitica**

Activo em 08/07/06.

<http://causa-nossa.blogspot.com/> – **blog Causa Nossa**

Activo em 08/07/06

<http://oacidental.blogspot.com/> – **blog O Acidental**

Activo em 08/07/06

<http://www.ciejd.pt/pls/wsd/wsdwhom0.inicio> – **Centro de Informação Europeia Jacques Delors**

Pode ser consultado para aceder ao Tratado de Adesão de Portugal à União Europeia – activo em 08/07/06.

www.cne.pt – **Comissão Nacional de Eleições**

Toda a informação sobre a evolução do voto nas eleições realizadas em Portugal desde 1975 – activo em 04/05/06.

www.freedomhouse.org – **Directório da Freedom House**

Organização não governamental que monitoriza o grau de liberdade política e democratização no mundo – activo em 07/01/06.

<http://www.nato.int/> – **Directório da NATO**

Contém uma ligação a partir da qual se pode descarregar material educativo – activo em 04/05/06.

<http://www.oecd.org> – **Directório da OCDE**

Contém uma ligação para questões especificamente portuguesas – activo em 04/05/06.

<http://www.un.org> – **Directório das Nações Unidas**

Activo em 04/05/06.

<http://www.uc.pt/cd25a/> – **Directório do Centro de Documentação do 25 de Abril**, da Universidade de Coimbra

Contém informação de tipo documental, iconográfico e musical sobre o 25 de Abril. Informação também sobre a organização do sistema político democrático português – activo em 07/01/06.

<http://dn.sapo.pt/#papel> – **Jornal Diário de Notícias**

Activo em 08/07/06.

<http://semanal.expresso.clix.pt/edicoes/default.asp?edition=1757> – **Jornal Expresso**

Activo em 08/07/06.

<http://www.publico.clix.pt> – **Jornal Público**

Contém, entre outros, dossiers sobre a cobertura mediática dos últimos Actos Eleitorais em Portugal – activo em 07/01/06.

<http://www.min-nestrangeiros.pt/mne/> – **Ministério dos Negócios Estrangeiros**

Dispõe de informação em português sobre a União Europeia, suas instituições e políticas – activo em 21/07/06.

<http://www.minerva.uevora.pt/aventuras/vilavicosa/umaaventuranotempo.html> – **Sítio “Uma Aventura no Tempo – Uma Reportagem”** – activo em 07/06/06.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Aguiar, J. (1994). Partidos, Eleições, Dinâmica Política (1975-1991). *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 125-26, 171-236.

Aguiar, J. (1996). A História Múltipla. *Análise Social*, vol. XXXI, n.º 139, 1235-1281.

Akehurst, M. (1985). *Introdução ao Direito Internacional*. Coimbra: Almedina.

Almeida, P. T. et al. (2003). *Who Governs Southern Europe?: regime change and ministerial recruitment, 1850-2000*. London Portland: Frank Cass.

Bacalhau, M. (1994). *Atitudes, Comportamentos e Opiniões Políticas dos Portugueses*. Lisboa: FLAD.

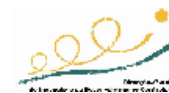
Barreto, A. et al. (2003). *Portugal: democracia y sistema político*. Madrid: Siglo Veintiuno.

Barreto, A. & Mónica, M. F. (Ed.) (1999-2000). Suplemento. In J. Serrão, *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas.

Barroso, J. M. D. & Lopes, P. S. (1984). *Sistema de Governo e Sistema Partidário*. Lisboa: Bertrand.

Bettencourt da Câmara, J. (2002). *As Oposições Parlamentares em Portugal: práticas e intervenções, 1976-2000*. Lisboa: Vega.

Bettencourt da Câmara, J., Matteucci, N. & Pasquino, G. (1986). *Dicionário de Política* (2 vols.). Brasília: Editora Universidade Brasília.



- Bruneau, T. (Ed.) (1997). *Political Parties in Portugal*. Oxford: Westview.
- Bruneau, T. & Moreira, V. (1991). *Fundamentos da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Carrilho, M. (1985). *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Cruz, M. B. (1980). *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Presença.
- Espada, J. C. (Ed.) (1998). *O Desafio europeu: passado, presente e futuro*. Cascais: Principia.
- Espada, J. C. et al. (2004). *Família e Políticas Públicas*. S. João do Estoril: Principia.
- Ferreira, E. S. & Rato, H. (Eds.) (1994). *Portugal Hoje*. Oeiras: I.N.A.
- Ferreira, J. M. (1983). *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril – o Período Pré-Constitucional*. Lisboa: Alfa.
- Frain, M. (1995). As Relações entre o Presidente e o Primeiro-Ministro em Portugal: 1985-1995. *Análise Social*, vol. XXX (133), 653-678.
- Freire, A., Lobo, M. C. & Magalhães, P. (2004). *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses: Portugal a Votos: as eleições legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freitas do Amaral, D. (1983). *Governos de Gestão*. Lisboa: autor.
- Leal, A. S. (1982). A Organização do Estado depois da Revolução de 1974. *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs 72-73-74, 927-945.
- Lijphart, A. (1989). *As Democracias Contemporâneas*. Lisboa: Gradiva.
- Linz, J. & Stepan, A. (1996). *Problems of Democratic Transition and Consolidation*. New York: John Hopkins.
- Lipset, S. & Rokkan, S. (1964). *Party Systems and Voter alignments*. New York: Free Press.
- Macridis, R. (Ed.) (1987). *Modern Political Systems: Europe*. New Jersey: Prentice-Hall International Editions.
- Magalhães, J. (1993). A Constituição e as suas Revisões, a Lei e a Justiça. In A. Reis (Ed.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Miranda, J. (1976). *Constituição e Democracia*. Lisboa: Petrony.
- Miranda, J. (1978). *A Constituição de 1976: Formação, Estrutura e Princípios Fundamentais*. Lisboa: Petrony.
- Miranda, J. (1979). *Eleições e Democracia*. Lisboa: Edições Critério.
- Miranda, J. (1990). *Manual de Direito Constitucional (Vol. 1)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Morais, I., Almeida, J. F. & Pinto, R. L. (1984). *O Sistema de Governo Semipresidencial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Moreira, A. (1984). *Política Internacional das Minorias e Comunidades*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- Moreira, A. (1985). *O Novíssimo Príncipe: análise da revolução*. Lisboa: GUAGE.
- Moreira, A. (1989). O Presidencialismo do Primeiro-Ministro. In M. B. Coelho (Ed.), *Portugal: O sistema Político e Constitucional*. Lisboa: ICS.
- Moreira, A. (2003). *Ciência Política* (7ª reimp.). Coimbra: Almedina.
- Otero, P. (2001). *A Democracia Totalitária*. Oeiras: Principia.
- Pereira, A. G. (1984). *O Semipresidencialismo em Portugal*. Lisboa: Ática.
- Pinto, A. C. & Freire, A. (2003). *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta.
- Pires, F. L. (1989). O Sistema de Governo: sua Dinâmica. In M. B. Coelho (Ed.), *Portugal: O sistema Político e Constitucional*. Lisboa: ICS.
- Reis, A. (Ed.) (1994). *Portugal, 20 anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rocard, M. et al. (1980). *O que é a social-democracia?* Lisboa: Moraes Editores.
- Rogeiro, N. (Ed.) (1993). *Constituição dos EUA*. Lisboa: Gradiva.
- Rosas, F., & Brito, J. M. B. (Ed.) (1996). *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. II). Lisboa: Bertrand.
- Ruivo, F. (2000). *O Estado Labiríntico: o poder relacional entre poderes local e central em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Sá, L. (1994). *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político*. Lisboa: Caminho.
- Sablosky, J. A. (2000). *O PS e a Transição para a Democracia*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Savater, F. (2002). *Política para um Jovem*. Lisboa: Editorial Presença.
- Sousa, M. R. (1983). *O Sistema de Governo Português antes e depois da Revisão Constitucional*. Lisboa: Cognition.
- Sousa, M. R. (1989). *Ciência Política: conteúdos e métodos*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Sousa, M. R. (1997). *O Sistema do Governo Municipal*. Santarém: Associação de Técnicos Administrativos Municipais.
- Sousa, M. R. (2000). *A Revolução e o Nascimento do PPD* (2 vols). Lisboa: Bertrand.
- Stock, M. J. (1985). O Centrismo Político em Portugal: Evolução do Sistema de Partidos, Génese do “Bloco Central” e Análise dos Dois Parceiros de Coligação. *Análise Social*, vol. XXI (85), 45-81.
- Valente, V. P. (1997). *A República Velha, 1910-1917*. Lisboa: Gradiva.

SÍTIOS DE CONSULTA COMPLEMENTAR

<http://www.parlamento.pt/webjovem2006/index.html> – “Assembleia na Escola”

Activo em 04/05/06.

www.ipu.org – Directório da *Inter-Parliamentary Union*

Organização não governamental que integra informação sobre os parlamentos do mundo. Composição, características, modo de funcionamento – activo em 07/01/06.

<http://www.presidencia-republica.pt> – Directório da Presidência da República

Activo em 07/01/06.

<http://www.parlamento.pt> – Directório do Parlamento Português

Pode ser recolhida informação sobre a actividade da Assembleia da República, sobre a representação partidária (a partir de 1975), os grupos parlamentares e os deputados; contém uma ligação para o projecto “A Escola e a Assembleia” – activo em 07/01/06.

www.partiesandelections.de – *Parties and Election*

Base de dados sobre eleições parlamentares, partidos e líderes na Europa – activo em 07/01/06.

<http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/> – Portal do Governo Português

Informação sobre a actividade do governo em funções – activo em 28/02/06.

<http://www.europa.int> – União Europeia

Congrega informação sobre as instituições e as políticas europeias – activo em 07/01/06.

Unidade IV

Tema 4.1. A União Europeia: um sistema político *sui generis*

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

Costa Pinto, A. & Teixeira, N. S. (orgs.) (2005). *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia*. Lisboa: ICS.

As relações europeias da Europa do Sul desde 1945.

Fernandes, L. L. & Camisão, I. (2005). *Construir a Europa*. Oeiras: Principia.

São apresentadas as principais teorias da integração europeia e, de seguida, os autores deste livro fazem uma análise das repercussões dos tratados de Maastricht, Amesterdão e Nice na evolução do modelo político comunitário.

Pasquino, G. (2002). *Curso de Ciência Política*. Oeiras: Principia.

Contém um capítulo especialmente dedicado às questões europeias e que pode servir de introdução a este tema.

Royo, S. (org.) (2005). *Portugal, Espanha, e a integração europeia. Um balanço*. Lisboa: ICS.

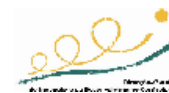
Uma perspectiva comparada Portugal-Espanha do processo de integração europeia.

Sande, P. (2000). *O Sistema Político da União Europeia*. Oeiras: Principia.

Análise do funcionamento das instituições europeias.

SÍTIOS DE REFERÊNCIA NA INTERNET

<http://www.ciejd.pt/pls/wsd/wsdwhom0.inicio> – Centro de Informação Europeia Jacques Delors



Pode ser consultado para aceder ao Tratado de Adesão de Portugal à União Europeia – activo em 08/07/06.

http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_glance/53/index_pt.htm – **Comissão Europeia em Português**

Acesso ao documento “Como Funciona a União Europeia” – activo em 07/07/06.

www.cne.pt – **Comissão Nacional de Eleições**

É possível descarregar os resultados eleitorais em Portugal, incluindo os resultados das eleições para o Parlamento Europeu – activo em 04/05/06.

http://www.consilium.europa.eu/cms3_fo/showPage.ASP?lang=pt – **Conselho da União Europeia em língua portuguesa**

Activo em 08/07/06.

http://europa.eu.int/comm/public_opinion/archives/eb/eb64/eb64_pt_nat.pdf – **Directório do Eurobarómetro**

Permite o acesso ao documento: Relatório Nacional Portugal, do Outono de 2005 – activo em 30/04/06.

http://www.europarl.eu.int/groups/default_pt.htm – **Directório dos grupos políticos do Parlamento Europeu**

Activo em 04/05/06.

http://europa.eu.int/constitution/futurum/docinstmin_pt.htm – **O futuro da União Europeia – debate**

Sítio dedicado à discussão do tema “O Futuro da Europa”, patrocinado pela União Europeia – activo em 04/05/06.

<http://www.parleurop.pt/parleurop/Site/default.asp> – **Parlamento Europeu, em Português**

Activo em 08/07/06.

http://europa.eu.int/index_pt.htm – **Portal português da União Europeia**

Neste portal podem ser encontrados os contactos das principais instituições europeias e de alguns documentos importantes – activo em 30/04/06.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Dinan, D. (2004). *Ever closer Union*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Figueira, A. (2004). *Modelos de Legitimização da União Europeia*. Oeiras: Principia.

Figueira, A., Pinto, A. C. & Sande, P. (2003). *A União Europeia Revisitada*. Lisboa: ICS.

Poiars Maduro, M. (2006). *A Constituição Plural – Constitucionalismos e União Europeia*. Oeiras: Principia.

Silva Lopes, J. (1991). *Portugal and EC membership evaluated*. London: Macmillan.

Vasconcelos, A. & Seabra, M. J. (2000). *Portugal. A European Story*. Cascais: Principia.

Tema 4.2. A diversidade cultural: o fim do Estado-nação homogéneo

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

Costa, P. M. (2004). *Políticas de Imigração e as Novas Dinâmicas da Cidadania em Portugal*. Lisboa: Instituto Piaget.

Análise das políticas de imigração adoptadas por Portugal e das suas implicações para o estatuto dos imigrantes e para o conceito de cidadania.

Kymlicka, W. (2001). *Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism, and Citizenship*. New York: Oxford University Press. [Trad. Espanhola: (2003). *La política vernácula. Nacionalismo, multiculturalismo y ciudadanía*. Barcelona: Paidós.]

Exame detalhado dos direitos e do estatuto dos grupos etnoculturais que habitam as sociedades ocidentais, abordando temas como o pluralismo, os diferentes tipos de direitos de grupo, a tolerância, a problemática de construção da nação e o federalismo.

Kymlicka, W. (2003). *Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights*. Oxford: Clarendon Press.

Reflexão sobre a tradição liberal do Ocidente, à luz da necessidade de repensar os direitos humanos e de reconhecer direitos especiais para grupos, paralelos aos direitos humanos. Fundamentação de uma teoria liberal dos direitos das minorias. [Trad. Espanhola: *Ciudadanía multicultural* (1996). Barcelona: Paidós.]

Weinstock, D. (2002). A Problemática Multiculturalista. In Alain Renaut (Ed.), *História da Filosofia Política / 5: As Filosofias Políticas Contemporâneas (Após 1945)*, (pp. 357-385). Lisboa: Instituto Piaget.

Análise crítica da teoria de Will Kymlicka, acusada de conter um “problema de inclusão” e um “problema de exclusão”.

SÍTIOS DE REFERÊNCIA NA INTERNET

<http://www.cidadevirtual.pt/acnur/index.html> – **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados**

Pode ser acedido para obter o documento: “Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos” – activo em 28/12/05.

http://www.acime.gov.pt/docs/Legislacao/LEuropeia/Carta_direitos_UE.pdf – **Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas**

Activo em 28/12/05.

<http://www.ifl.pt/dfmp.htm> – **Dicionário de Filosofia Moral e Política**

Um dicionário de termos morais e políticos ainda em construção. Sítio da responsabilidade do Instituto de Filosofia da Universidade Nova de Lisboa – activo em 05/05/06.

<http://www.osce.org/hcnm/> – **Directório do Alto Comissariado da OSCE para as Minorias Nacionais**

Pode ser acedido para descarregar os seguintes documentos: “Lund Recommendations” e “Declaration on the Granting Independence to Colonial Countries and Peoples” – activo em 28/12/05.

<http://www.gencat.net/generalitat/cas/index.htm> – **Directório da Generalitat da Catalunha**

Pode ser acedido para descarregar os documentos relativos ao estatuto autonómico desta província e ao projecto de um novo estatuto – activo em 28/02/2006.

<http://www.nuevoestatutodeeuskadi.net/> – **Directório da Proposta do Governo Basco para a Convivência em Euskadi**

Pode ser acedido para descarregar documentos relativos ao chamado “Novo estatuto político de Euskadi” – activo em 28/02/2006.

<http://verbojuridico.com/> – **Directório do sítio Verbo Jurídico**

Pode ser acedido para descarregar a “Lei da Nacionalidade” – activo em 01/05/06.

<http://www.ambafrance.org.br/abr/label/label60/09.htm> – **Embaixada de França no Brasil**

A partir deste sítio podem ser descarregados documentos sobre a “lei Stasi” – activo em 03/07/06.

<http://www.gddc.pt/siii/docs/rar19-2000.pdf> – **Gabinete de Documentação e Direito Comparado**

Pode ser acedido para obter o documento: “Convenção Europeia sobre a Nacionalidade” – activo em 28/12/05.

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/conv-tratados-1-2-995-ets-157.html> – **Gabinete de Documentação e Direito Comparado**

Pode ser acedido para obter o documento: “Convenção-Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais”; activo em 28/12/05.

http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/rar64A_2001.html – **Gabinete de Documentação e Direito Comparado**

Pode ser acedido para obter o documento: “Carta Social Europeia Revista” – activo em 28/12/05.

<http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/21B3C2AF-18AE-4571-80DC-FA1BDF45E775/0/ContributosImigrantesDemografia.pdf> – **Portal do Governo Português**

Documento “Contributos dos imigrantes para a Demografia Portuguesa – o papel das populações de nacionalidade estrangeira”, de Maria João Valente Rosa, Hugo de Seabra e Tiago Santos – activo em 28/02/06.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Bader, V. (2004). Em Defesa de Políticas Multiculturais Diferenciadas. In J. C. Rosas (Ed.), *Ideias Políticas para o Nosso Tempo* (pp. 207-240). Braga: Universidade do Minho / CEH.

Bastos, J. G. P. & Bastos, S. P. (1999). *Portugal Multicultural*. Lisboa: Fim de Século.

Hermet, G. (1996). *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*. Lisboa: Estampa.

Hobsbawn, E. (1998). *A Questão do Nacionalismo: Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Lisboa: Terramar.

Kymlicka, W. (1989). *Liberalism, Community and Culture*. Oxford: Clarendon Press.

Kymlicka, W. (2001). Federalismo y Secesión: Oriente y Occidente. In Ramón Máiz (Ed.), *Construcción de Europa, Democracia y Globalización*, vol. 2, pp. 793-846. Espanha: Universidad de Santiago de Compostela.

Kymlicka, W. (2002). *Citizenship and National Identity*. Cambridge: Polity Press.

- Kymlicka, W. (2004). *Estados, Naciones y Culturas*. Córdoba: Almuzara.
- Miller, D. (1995). *On Nationality*. New York: Clarendon Press.
- Miller, D. (2002). *Citizenship and National Identity*. Cambridge: Polity Press.
- Moreira, A. (1984). *Política Internacional das Minorias e Comunidades*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Tamir, Y. (2004). Dois Conceitos de Multiculturalismo. In J. C. Rosas (Ed.), *Ideias Políticas para o Nosso Tempo* (pp. 241-259). Braga: Universidade do Minho / CEH.
- Young, I. M. (2000). *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press.

SÍTIOS DE CONSULTA COMPLEMENTAR

http://www.coe.int/t/pt/com/about_coe/ – **Conselho da Europa**

Pode ser acedido para descarregar os seguintes documentos: “European Charter for Regional or Minority Languages” e “Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms” – activo em 28/12/05.

<http://www.osce.org/> – **Directório da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa**

Pode ser acedido para descarregar documentos diversos, com destaque para a OSCE MAGAZINE – activo em 28/12/05.

<http://www.onuportugal.pt/> – **Directório português da ONU**

Activo em 28/12/05.

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/sist-europeu-dh/cons-europa-historia.html> – **Gabinete de Documentação e Direito Comparado**

Directório com informações gerais sobre: o estatuto, o papel e a história do Conselho da Europa – activo em 28/12/05.

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/sist-europeu-dh/cons-europa-tedh.html> – **Gabinete de Documentação e Direito Comparado**

Directório com informações sobre o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem: História, Organização e Processo – activo em 28/12/05.

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/text-pt.pdf> – **Gabinete de Documentação e Direito Comparado**

Pode ser acedido para obter o documento: “Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia” – activo em 28/12/05.

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/conv-tratados-15-10-985-ets-122.html> – **Gabinete de Documentação e Direito Comparado**

Pode ser acedido para obter o documento: “Carta Europeia da Autonomia Local” – activo em 28/12/05.

http://europa.eu.int/index_pt.htm – **Portal português da União Europeia**

Activo em 28/12/05.

Tema 4.3. Globalização e governança global

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

Barnett, M., Duvall, R. & Smith, S. (Eds.) (2005). *Power in Global Governance*. Cambridge: Cambridge University Press.

Conjunto de ensaios sobre as diferentes dimensões do exercício do poder na governança global.

Boyer, R. & Drache, D. (Dir) (1997). *Estados contra Mercados: os limites da Globalização*. Lisboa: Piaget.

Dois estudiosos da evolução do capitalismo avaliam o alcance do Estado e os limites da globalização nos dias de hoje.

Cordellier, S. (1998). *Globalização: Para lá dos Mitos*. Lisboa: Bizâncio.

O autor descreve o processo de globalização financeira e analisa os seus efeitos.

Friedman, T. L. (2000). *Compreender a Globalização: o Lexus e a Oliveira*. Lisboa: Quetzal.

Estudo aprofundado do processo de globalização. Explicação dos factores que a provocaram, dos seus mecanismos de funcionamento, da forma como os Estados, as comunidades e os indivíduos interagem com ela. Analisa ainda as diferentes reacções que se têm vindo a manifestar em relação à globalização e o papel que os EUA nela têm desempenhado.

Steger, M. B. (2006). *A Globalização: Compreender*. V. N. Famalicão: Quasi.

Obra que sistematiza as principais informações relativas à globalização, o estado em que se encontra, as suas principais características e dimensões, os desafios que enfrenta.

Stiglitz, J. (2002). *Globalização: A Grande Desilusão*. Lisboa: Terramar.

Stiglitz é um reputado economista que trabalha no World Bank e que neste livro explica algumas das limitações da política económica global.

Wilkinson, R. (Ed.) (2005). *The Global Governance Reader: Concepts and Issues*. London: Routledge.

Perspectiva abrangente sobre a forma como o mundo é governado, explorando o papel de instituições globais, como a ONU, a NATO e o FMI.

SÍTIOS DE REFERÊNCIA NA INTERNET

http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LI_22177_1_0001.htm – Acesso ao texto do Protocolo de Quioto em língua portuguesa

Activo em 22/07/06.

<http://quercus.sensocomum.pt/pages/> – Associação Ambientalista Quercus

Activo em 21/06/06.

<http://ec.europa.eu/environment/climat/kyoto.htm> – Comissão Europeia

Permitirá descarregar o documento “The Kyoto protocol – A brief summary” – activo em 07/07/06.

<http://www.citizen.org/trade/portugues/omc/> – Directório da Organização Mundial do Comércio (OMC), em português

Activo em 28/02/06.

<http://www.worldbank.org> – Directório do Banco Mundial

Activo em 28/12/05.

www.forumsocialmundial.org.br – **Directório do Fórum Social Mundial**

Activo em 28/02/06.

<http://www.ipad.mne.gov.pt/> – **Directório do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento**

Pode ser acedido para descarregar os seguintes documentos: “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” e “Ajuda Humanitária” – activo em 29/12/05.

<http://www.libertymatters.org/globalgovernance.htm> – **Directório da Liberty Matters**

Permite o acesso ao documento: “Our Global Neighbourhood” – activo em 16/02/06.

<http://www.un.org> – **Directório das Nações Unidas.**

Pode ser acedido para descarregar documentos relativos à reforma da instituição. Mas o acesso directo a informações relativas à Reforma das Nações Unidas pode fazer-se em <http://www.un.org/reform/> – activo em 29/12/05.

<http://www.onuportugal.pt/> – **Directório português da ONU**

Pode ser acedido para descarregar os seguintes documentos: “Declaração e Programa de Acção da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social”; “Direito Internacional”; “Globalização” e “Direitos Humanos”; “Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais”; notícia sobre o “Pacto Global” – activo em 28/12/05.

www.pt.wikipedia.org/wiki/ – **Enciclopédia Wikipedia**

Enciclopédia de acesso livre. Podem ser descarregados os documentos “Governança” e “Protocolo de Quioto” – activo em 21/06/06.

http://www.iambiente.pt/portal/page?_pageid=33,32142&_dad=gov_portal_ia&_schema=GOV_PORTAL_IA&id_doc=6235&id_menu=5597 – **Instituto do Ambiente**

Permite aceder ao Decreto 7/2002, de 25 de Março que aprova o Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas – activo em 22/07/06.

<http://www.min-nestrangeiros.pt/mne/> – **Ministério dos Negócios Estrangeiros**

Activo em 21/06/06.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Bhagwati, J. (2004). *In Defense of Globalization*. New York: Oxford University Press.

Dower, N. (2003). *An Introduction to Global Citizenship*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Held, D. (1995). *Democracy and the Global Order*. Cambridge: Polity Press.

Klein, N. (2002). *No Logo: O Poder das Marcas*. Lisboa: Relógio d'Água.

Sachs, J. (2005). *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time*. USA: Penguin Press.

Slaughter, A.-M. (2005). *A New World Order*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Soromenho-Marques, V. (2004). Reinventar a Cidadania na Era da Globalização: Esboço de um Programa de Investigação. In A. S. E. Rocha (Ed.), *Europa, Cidadania e Multiculturalismo* (pp. 113-134). Braga: Universidade do Minho / CEH.

Waters, M. (2002). *Globalização*. Oeiras: Celta.

Wolf, M. (2005). *Why Globalization Works*. New Haven: Yale University Press.

SÍTIOS DE CONSULTA COMPLEMENTAR

<http://www.globalization.about.com> – Directório *About Globalization*

Contém notícias e documentos muito variados acerca do processo de globalização – activo em 16/01/06.

<http://www.bbc.co.uk/worldservice/programmes/globalisation> – Directório da BBC – *World Service*

São exploradas diferentes facetas do fenómeno da globalização, desde as empresas multinacionais até à música que se ouve em todo o mundo – activo em 16/01/06.

<http://www.bsr.org> – Directório da *Business for Social Responsibility*

Activo em 29/12/05.

<http://www.wto.org> – Directório da Organização Mundial do Comércio

Activo em 29/12/05.

<http://www.un.org/largerfreedom/> – Directório das Nações Unidas

Pode ser acedido para descarregar o documento “Towards Larger Freedom, the objectives of the Secretary-General” – activo em 04/05/06.

<http://www.unglobalcompact.org> – Directório do “Pacto Global”, do Secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan

Activo em 29/12/05.

<http://www.worldbank.org> – Directório do Banco Mundial

Activo em 28/12/05.

<http://www.un.org/esa> – Directório do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas

Activo em 29/12/05.

www.forumsocialmundial.org.br – Directório do Fórum Social Mundial

Apresenta-se como um espaço de debate contra o neo-liberalismo, o domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo – activo em 16/01/06.

<http://www.globalpolicy.org/globaliz/index.html> – Directório do *Global Policy Fórum*

Monitoriza as políticas das Nações Unidas – activo em 16/01/06.

<http://www.icc-cpi.int/> – Directório do *International Criminal Court*

Activo em 16/01/06.

www.un.org/millenniumgoals/ – Directório dos *UN Millennium Development Goals*

Activo em 16/01/06.

<http://www.unfccc.int/> – Directório *United Nations Framework Convention for Climate Changes*

Pode ser acedido para descarregar o documento “Kyoto Protocol” – activo em 16/01/06.

Tema 4.4. Guerra e Terrorismo

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

Aron, R. (1976). *Penser la guerre, Clausewitz: L'âge européen*. Paris: Éditions Gallimard.

Análise do pensamento de Clausewitz em *Da Guerra*. Destaca-se a influência de Napoleão no pensamento de Clausewitz e a visão dialéctica da guerra defendida por este, e que se reflecte em pares de conceitos opostos, como guerra e paz, fins políticos e meios militares, determinantes morais e físicas da guerra.

Clausewitz, C. Von (1996). *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes.

Obra fundamental do realismo político, na qual a guerra é entendida como a continuação da política dos Estados, por outros meios. Os Estados recorrem à força para impor a sua vontade sobre os outros, pelo que na guerra apenas interessa a vitória e as limitações morais à acção são entendidas como uma irracionalidade.

Frey, R. G. & Morris, C. W. (Eds.). (1991). *Violence, Terrorism, and Justice*. Cambridge: Cambridge University Press.

Compilação de artigos sobre o terrorismo, nos quais se procura definir terrorismo, se discutem os limites morais dos meios empregues, os limites da responsabilidade dos cidadãos de um Estado perante os actos do seu governo ou se questiona se deve ou não haver discriminação das vítimas de um acto terrorista.

Walzer, M. (2000). *Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations*. New York: Basic Books. [trad. Brasileira (2005). *Guerras Justas e Injustas: um argumento moral com exemplos históricos*. Rio de Janeiro: Martins Fontes Editora.]

Em oposição às correntes realista, consequencialista e pacifista sobre a guerra, Walzer apresenta e defende uma outra concepção tradicional, a teoria da guerra justa.

Walzer, M. (2004). *A Guerra em Debate*. Lisboa: Edições Cotovia.

Conjunto de ensaios sobre a teoria da guerra justa e elucidação histórica do modo como o assunto foi tratado no período de 1980 a 2003.

SÍTIOS DE REFERÊNCIA NA INTERNET

http://www.cidadevirtual.pt/acnur/refworld/refworld/legal/instrume/detent/civpot_p.htm – **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados**

Pode ser acedido para descarregar o seguinte documento: “Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos” – activo em 28/12/05.

<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm> – **Directório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**

Pode ser acedido para descarregar a Carta das Nações Unidas – activo em 14/07/06.

<http://www.osce.org/hcnm/> – **Directório do Alto Comissariado da OSCE para as Minorias Nacionais**

Activo em 28/12/05.

<http://www.onuportugal.pt/> – **Directório português da ONU**

Pode ser acedido para descarregar os seguintes documentos: “Direito Internacional”; “Direitos Humanos”; “Prevenção de Conflitos”; “Manutenção da Paz”; “Refugiados”; “Acordo Relativo ao Banco de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)” e “Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais” – activo em 28/12/05.

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tiduniversais/dih-conv-IV-12-08-1949.html> – **Gabinete de Documentação e Direito Comparado**

Pode ser acedido para descarregar o documento: “Convenção IV, Convenção de Genebra Relativa à Protecção das Pessoas Civas em Tempo de Guerra”, de 12 de Agosto de 1949 – activo em 02/01/06.

BIBLIOGRAFIA DE CONSULTA COMPLEMENTAR

Aron, R. (1986). *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade Brasília.

Chaliand, G. & Blin, A. (Eds.) (2004). *Histoire du terrorisme: de l'Antiquité à Al-Qaida*. Paris: Bayard.

Erasmus, D. (1999). *A Guerra e Queixa da Paz*. Lisboa: Edições 70.

Holmes, R. L. (1989). *On War and Morality*. Princeton: Princeton University Press.

Kant, I. (2002). *A Paz Perpétua e outros Opúsculos*. Lisboa: Edições 70.

Nardin, T. & Mapel, D. R. (Eds.). (1992). *Traditions of International Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Orend, B. (2001). *Michael Walzer on War and Justice*. Cardiff: University of Wales Press.

Wasserstrom, R. (Ed.) (1970). *War and Morality*. Belmont: Wadsworth.

SÍTIOS DE CONSULTA COMPLEMENTAR

<http://www.icrc.org/web/por/sitepor0.nsf/iwpList407/97B7825C2BD7347A03256E7F00571276> – **Comité Internacional da Cruz Vermelha**

Pode ser acedido para descarregar o documento relativo ao tema “Direito Internacional Humanitário e o direito internacional dos direitos humanos: Analogias e diferenças” – activo em 02/01/06.

http://www.coe.int/t/pt/com/about_coe/ – **Conselho da Europa**

Pode ser acedido para descarregar o documento: “European Convention on the Supression of Terrorism” – activo em 28/12/05.

<http://www.un.org> – **Directório das Nações Unidas**

Pode ser acedido para descarregar o documento “PeaceKeeping” – activo em 04/05/06.

<http://www.cidcm.umd.edu> – **Directório do Center For International Development & Conflict Management da Universidade de Maryland**

Pode ser acedido para descarregar o documento “Peace and Conflict 2005: A Global Survey of Armed Conflicts Self-Determination Movements, and Democracy” – activo em 28/12/05.

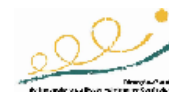
<http://plato.stanford.edu/entries/war/> – **Enciclopédia Stanford**

A aceder para descarregar o artigo “War”, de Brien Orend – activo em 5 de Março de 2006.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Terrorismo> – **Enciclopédia Wikipedia**

Enciclopédia de acesso livre. Pode ser acedido para consultar o artigo “Terrorismo” e artigos relativos à ONU e ao seu Conselho de Segurança – activo em 05/03/06.

<http://ethics.acusd.edu/Applied/Military/index.asp> - **Ethics of War Peace and Terrorism**



Directório que disponibiliza um elevado número de recursos multimédia sobre a “Ética da Guerra, da Paz e do Terrorismo” – activo em 5/03/06.

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-IV-12-08-1949.html> – **Gabinete de Documentação e Direito Comparado**

Pode ser acedido para descarregar o documento: “Convenção de Genebra” (1864) – activo em 02/01/06.

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dr-c> – **Gabinete de Documentação e Direito Comparado**

Pode ser acedido para descarregar o documento: “Convenção relativa ao estatuto dos refugiados” – activo em 29/12/05.

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-minas.html> – **Gabinete de Documentação e Direito Comparado**

Pode ser acedido para descarregar o documento: “Convenção Sobre a Proibição da Utilização, Armazenagem, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e Sobre a sua Destruição” – activo em 02/01/06.

<http://cfrterrorism.org/cfr/> – **Council of Foreign Relations**

<http://www.derechos.org/nizkor/ley/terrorismo> – **Derechos Human Rights**

http://www.onuportugal.pt/body_terrorismo.html – **Directório português da ONU**

<http://www.noruega.org.pt/policy/security/terrorism/terrorism.html> – **Sítio oficial da Noruega**

Conjunto de quatro directórios de diferentes orientações doutrinárias, acerca do tema “Terrorismo” – activos em 05/03/06.